DF DIÁRIO OFICIAL

Brasília, terça-feira, 27 de dezembro de 1988

ANO XIII– Nº 243

SUMÁRIO

ATOS DO GOVERNADOR.....1

SECRETARIA DO GOVERNO..... 5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.... 5

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA 6

PROCURADORIA GERAL..... 7

TRIBUNAL DE CONTAS 7

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS.....28

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES ... 28

ATOS DO GOVERNADOR

DECRETO Nº 11.388 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1988

Cria Grupo de Trabalho, na Secretaria do Governo, para a eleboração do Plano de Governo do Distrito Federal referente ao período 1989/1990.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2°, inciso II, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista os Parágrafos 1° e 2°, artigo 16, Título II, do Ato das Disposições Constituições Transitórias da República Federativa do Brasil

D E C R E T A :

Art. 1° — Fica criado, na Secretaria do Governo, Grupo de Trabalho, sob a presidência do Coordenador do Sistema de Planejamento, com a incumbência de elaborar, até 31 de janeiro de 1989, o Plano de Governo do Distrito Federal referente ao período de 1989/1990.

Art. 2° — Para o desenvolvimento de suas atividades, o Grupo de Trabalho de que trata este Decreto terá a seguinte composição:

SECRETARIA DO GOVERNO:

— PERSIO N. A. PANSON
— MARCELO ALVES DE MORAES
— FRANCISCA GUIMARÃES TEIXEIRA
— GLAUCO ALVES LACERDA
— JOÃO ALCIDES HOMAR
— LUIZ FERNANDO ÁLVARES DA CUNHA
— MANOEL CABRAL
— MARIANO JOSE MARTINS
— NILMAR BARROS SAMPAIO
— CLÁUDIO ALVES DE SOUZA

GABINETE CIVIL E MILITAR

— JOSÉ DE QUEIROZ MESQUITA
— MARIA REGINA GARCIA MOURA

PROCURADORIA GERAL DO DISTRITO FEDERAL

— MARIA DEISE DALLA COSTA HORTA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

— RONALDO DE OLIVEIRA

SECRETARIA DE FINANÇAS

— ALFREDO ALVES GAMA

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

— FLORENCE LOPES DIAS
— RAQUEL MACIEL M. ALMEIDA

SECRETARIA DE SAÚDE

— NILMA RAMOS DE LIMA SILVA

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE HABITAÇÃO

— LUIZ CARLOS AZAMBUJA

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS

— SONIA MESSEMBERG GUIMARÃES
— TEREZINHA PARENTE DE PINHO

SECRETARIA DE VIAÇÃO E OBRAS

— MARIA DE FÁTIMA BRASIL MIRANDA

— ARTUR COELHO DE MELLO

SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

— OSVALDO TEODORO

SECRETARIA DE AGRICULTURA E PRODUÇÃO

— MARIA REGINA DE MATTOS

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

— JOÃO MAGALHÃES DE SOUZA

SECRETARIA DA CULTURA

— WALTER ALBUQUERQUE MELLO

SECRETARIA DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

— PEDRO DOS SANTOS

SECRETARIA DO TRABALHO

— VATANÁBIO BRANDÃO SOUZA

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

— MARIA DE FÁTIMA MORAES

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E TECNOLOGIA

— WALMIRA VIEIRA MECENAS
— CARLOS AUGUSTO FERNANDES

TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

— DAURO OSVALDO GARCIA
— JOSIVAN OLIVEIRA SILVA

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO ENTORNO

— ANGELA MARIA BARBOSA DE SOUZA

ADMINISTRAÇÕES REGIONAIS

— ADALBERTO LASSANCE DE ALBUQUERQUE

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO PALNALTO CENTRAL – CODEPLAN

— NEUSA MARIA TORRES E BARROS
— RICARDO MASSAROTO
— PAULO ALVES BENTO
— HUMBERTO DE CAMPOS

Art. 3° — A Secretaria do Governo proporcionará a supervisão técnica e o apoio administrativo requeridos para o cumprimento deste Decreto.

Art. 4° — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de dezembro de 1988
100° da Republica e 29° de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

DECRETO Nº 11.389 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1988

Aprova a 10ª Reformulação do Programa de Trabalho do Fundo de Financiamento a Programa de Desenvolvimento — FUNDEFE, para o exercício de 1988

(Publicado em suplemento a esta edição).

DECRETO Nº 11.390 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1988

Delega competência aos Secretários do Governo e de Finanças do Distrito Federal, para praticarem os atos administrativos que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 20, inciso II, da Lei 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o disposto na Lei nº 7.063, de 06 de dezembro de 1982 e no Decreto nº 7.299, de 15 de dezembro de 1982,

D E C R E T A :

Art. 1º — Fica delegada competência aos Secretários do Governo e de Finanças do Distrito Federal, para praticarem o seguinte ato administrativo.

I — aprovar e reformular o Programa de Trabalho do Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal — FUNDEFE, obedecida a programação aprovada pelo Governador.

Art. 2º — O ato administrativo a que se refere a presente delegação será baixado através de Portaria Conjunta das autoridades mencionadas no artigo 1º.

Art. 3º — A delegação a que se refere o presente Decreto poderá ser avocada pela autoridade delegante a qualquer época.

Art. 4º — A competência aqui delegada não poderá ser subdelegada.

Art. 5º — Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de dezembro de 1988

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

CELSIUS ANTONIO LODDER

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

DECRETO N.o 11.391 DE 27 DE dezembro DE 19 88

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzados), à dotação do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.633 de 03 de dezembro de 1987, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta do processo nº 030.008354/88,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto à Secretaria de Administração o crédito suplementar no valor de Cz$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzados) na seguinte dotação orçamentária:

14001.03070212.028 - Direção e Coordenação dos Sistemas Administrativos

000 - 3259.00 - Outras Transferências a Pessoas 600.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item III, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pela anulação parcial da dotação orçamentária que se segue:

39000.99999999.999 - Reserva de Contingência

000 - 9000.00 - Reserva de Contingência..... 600.000,00

Art. 3º - Ficam alteradas as Cotas Trimestrais de Despesa, relativas ao 4º trimestre, de conformidade com o artigos anteriores.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de dezembro de 1988.
100º da República e 29º de Brasília.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

CLESIUS ANTONIO LODDER

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

DECRETO N.o 11.392 DE 27 DE dezembro DE 19 88

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 153.931.000,00 (cento e cinquenta e três milhões, novecentos e trinta e um mil cruzados), às dotações do orçamento vigente que especifica.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º, item I, da Lei nº 7.633 de 03 de dezembro de 1987, combinado com o art. 41, item I, das Normas Gerais de Direito Financeiro, aprovadas pela Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964 e tendo em vista o que consta do processo nº..... 053.000467/88,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal o crédito suplementar no valor de Cz$ 153.931.000,00 (cento e cinquenta e três milhões, novecentos e trinta e um mil cruzados) nas seguintes dotações orçamentárias:

22004.06301782.061 - Serviços do Corpo de Bombeiros

009 - 3120.00 - Material de Consumo..... 40.000.000,00
009 - 3132.00 - Outros Serviços e Encargos.... 50.000.000,00
009 - 3259.00 - Outras Transferências a Pessoas..... 931.000,00

22004.06301782.123 - Alimentação do Pessoal do Corpo de Bombeiros

009 - 3120.00 - Material de Consumo..... 63.000.000,00

Art. 2º - O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item II, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pelo Excesso de Arrecadação proveniente das Transferências da União, conforme Decreto nº 97.284, de 20 de dezembro de 1988.

Art. 3º - O valor a que se refere o presente Decreto integrará o 4º trimestre das Cotas Trimestrais de Despesa vigentes.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de dezembro de 1988.
100º da República e 29º de Brasília.

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

CLESIUS ANTONIO LODER

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

DF DIÁRIO OFICIAL
SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Editor:
Antonio Castelo Branco
Conselho Diretor:
Clemente Luz e Renato Riella
Redação e Administração:
Palácio do Buriti, térreo
Telefones:
Redação: (direto) 225-7803
PABX: 225-6830 — Ramal 312
e 225-7055 — " 137
MATÉRIA PAGA
Página Inteira ..... Cz$ 148.080,00
Centímetro de Coluna ..... Cz$ 1.234,00
Venda avulsa: ..... Cz$ 50,00
Assinatura Semestral: ..... Cz$ 5.000,00

DECRETO N.o 11.393 DE 27 DE dezembro DE 19 88

Altera o Orçamento do Departamento de Trânsito do Distrito Federal - DETRAN-DF.

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 107, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, combinado com o art. 44, item I, das Normas de Execução Orçamentária e Financeira, aprovadas pelo Decreto nº 10.974, de 31 de dezembro de 1987, e o que consta do Processo nº 0050.003909/88,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado na forma dos quadros anexos, o orçamento do Departamento de Trânsito do Distrito Federal-DETRAN-DF.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de dezembro de 1988.
100º da República e 29º de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

CLESIUS ANTONIO LODER

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

QUADRO DE ORÇAMENTO SINTÉTICO Nº 01 — 13ª Alteração

52000 - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
52001 - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN/DF — EXERCÍCIO DE 1.988 — EM Cz$ 1,00

RECEITA			DESPESA	
CATEGORIA ECONÔMICA - FONTE			FUNÇÃO - PROGRAMA - SUBPROGRAMA - PROJETO - ATIVIDADE	
1000.00.00	RECEITAS CORRENTES	2.140.987.259	FUNÇÃO 06 - DEFESA NACIONAL E SEGURANÇA PÚBLICA	6.001.000
1700.00.00	TRANSFERENCIAS CORRENTES	685.987.259	PROGRAMA 30 - SEGURANÇA PÚBLICA	6.001.000
1710.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	685.987.259	SUBPROGRAMA 535 - CONTROLE E SEGURANÇA DE TRÁFEGO RODOVIÁRIO	6.001.000
1712.00.00	TRANSFERENCIAS DO DISTRITO FEDERAL	685.987.259	1.059 - CONSTRUÇÃO DAS CIRETRANS E DEPOSITOS DE VEÍCULOS NAS CIDADES SATÉLITES	1.000
1900.00.00	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.455.000.000	5.043 - RENOVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL	6.000.000
1920.00.00	IDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	486.000	FUNÇÃO 16 - TRANSPORTE	2.146.130.036
1980.00.00	RECEITAS DE CONVÊNIOS	14.995.000	PROGRAMA 91 - TRANSPORTE URBANO	2.146.130.036
1990.00.00	RECEITAS DIVERSAS	1.439.519.000	SUBPROGRAMA 573 - CONTROLE E SEGURANÇA DE TRÁFEGO URBANO	2.146.130.036
1990.99.00	OUTRAS RECEITAS	1.439.519.000	1.190 - SINALIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL	3.000
2000.00.00	RECEITAS DE CAPITAL	2.001.000	2.063 - COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES PESSOAL, ORÇAMENTO, CONTABILIDADE E SERVIÇOS GERAIS DO DETRAN-DF.	1.835.035.648
2400.00.00	TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	2.001.000	2.096 - COORDENAÇÃO DO SISTEMA DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA DE TRÁFEGO DO DISTRITO FEDERAL	233.591.388
2410.00.00	TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	2.001.000	2.107 - ATIVIDADES EDUCATIVAS DE TRÂNSITO	60.500.000
2412.00.00	TRANSFERENCIAS DO DISTRITO FEDERAL	2.001.000	5.141 - REFORMA E BENFEITORIA DOS PRÉDIOS DO DETRAN/DF.	17.000.000
	FUNDEFE	2.000.000		
	SUPERÁVIT FINANCEIRO/87	9.142.777		
TOTAL		2.152.131.036	TOTAL	2.152.131.036

QUADRO DE ORÇAMENTO SINTÉTICO Nº 02 — 13ª Alteração

52000 - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
52001 - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN/DF — EXERCÍCIO DE 1.988 — EM Cz$ 1,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	FONTES DE RECURSOS					TOTAIS
		G.D.F FT-000	PRÓPRIOS FT - 020	FUNDEFE FT-21	-	-	
1.059	CONSTR.DAS CIRETRANS E DEP. VEÍCULOS NAS CIDADES SATÉLITES	1.000	-	-	-	-	1.000
1.190	SINALIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL	3.000	-	-	-	-	3.000
2.063	COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PESSOAL, ORÇAMENTO, CONTABILIDADE E SERVIÇOS GERAIS DO DETRAN-DF.	655.384.259	1.179.651.389	-	-	-	1.835.035.648
2.096	COORD. DO SISTEMA DE SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA DE TRÁFEGO DO DISTRITO FEDERAL	28.100.000	203.491.388	2.000.000	-	-	233.591.388
2.107	ATIVIDADES EDUCATIVAS DE TRÂNSITO	2.500.000	58.000.000	-	-	-	60.500.000
5.043	RENOVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO DETRAN-DF	-	6.000.000	-	-	-	6.000.000
5.141	REFORMA, BENFEITORIA DOS PRÉDIOS DO DETRAN/DF.	-	17.000.000	-	-	-	17.000.000
TOTAIS		685.988.259	1.464.142.777	2.000.000	-	-	2.152.131.036

QUADRO DE ORÇAMENTO SINTÉTICO Nº 03 13ª Alteração

52000 - SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA - ENTIDADES SUPERVISIONADAS
52001 - DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO DO DISTRITO FEDERAL - DETRAN/DF EXERCÍCIO DE 1.988 EM Cz$ 1,00

CODIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	FT	VALOR DETALHADO	VALOR TOTAL
1.059	CONSTRUÇÃO DAS CIRETRANS E DEPÓSITOS DE VEÍCULOS NAS CIDADES SATÉLITES	4.1.1.0	000	1.000	1.000
1.190	SINALIZAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS DO DISTRITO FEDERAL	3.1.3.2	000	3.000	3.000
2.063	COORDENAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PESSOAL, ORÇAMENTO, CONTABILIDADE E SERVIÇOS GERAIS DO DETRAN-DF.	3.1.1.1-01	000	467.245.142	
		3.1.1.1	020	295.000.000	
		3.1.1.3	000	85.516.000	
		3.1.1.3	020	45.571.389	
		3.1.2.0	000	21.000.000	
		3.1.3.1	020	1.150.000	
		3.1.2.0	020	122.120.000	
		3.1.3.2	000	81.004.117	
		3.1.3.2	020	622.345.200	
		3.1.9.1	020	38.000.000	
		3.1.9.2	020	10.120.000	
		3.2.8.0	000	619.000	
		3.2.8.0	020	5.363.000	
		4.1.2.0	020	39.981.800	1.835.035.648
2.096	COORD. DO SISTEMA DE SINALIZAÇÃO E SFGURANÇA DE TRÁFEGO DO DISTRITO FEDERAL	3.1.2.0	000	14.800.000	
		3.1.2.0	020	23.000.000	
		3.1.3.2	000	13.300.000	
		3.1.3.2	020	105.991.388	
		4.1.2.0	020	74.500.000	
		4.1.2.0	021	2.000.000	233.591.388
2.107	ATIVIDADES EDUCATIVAS DE TRÂNSITO	3.1.2.0	000	300.000	
		3.1.2.0	020	278.720	
		3.1.3.2	000	2.200.000	
		3.1.3.2	020	56.725.000	
		4.1.2.0	020	996.280	60.500.000
5.043	RENOVAÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO DETRAN/DF	4.1.2.0	020	6.000.000	6.000.000
5.141	REFORMA, BENFEITORIA DOS PRÉDIOS DO DETRAN/DF	4.1.1.0	020	17.000.000	17.000.000

PESSOAL E ENC. SOCIAIS	OUTRAS DESP. CORRENTES	DESPESAS DE CAPITAL	TOTAL
893.332.531	1.118.319.425	140.679.080	2.152.131.036

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Dispensar D'ALEMBERT JORGE JACCOUD, matrícula nº 26.695-7 da função de Membro do Conselho de Política de Pessoal — CPP da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Brasília, 22 de dezembro de 1988

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

JORGE CAETANO

DECRETO DE 22 DE DEZEMBRO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960,

RESOLVE:

Designar EDWARD PINTO DA SILVA, matrícula nº 29.979-00 para exercer a função de Membro do Conselho de Política de Pessoal — CPP da Secretaria de Administração do Distrito Federal.

Brasília, 22 de dezembro de 1988

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

JORGE CAETANO

DECRETO DE 27 DE DEZEMBRO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso VII, da Lei nº 3.751, de 13 de abril de 1960, e tendo em vista o disposto no § 4º, do artigo 4º, da Emenda Constitucional nº 26, de 27 de novembro de 1985, e ainda o que consta do Processo nº 030.011.248/88,

RESOLVE:

1 — Readmitir ARIOVALDO ARGELO, matrícula nº 01.976-3, no cargo de Técnico em Comunicação Social, Código NS-722-4, Classe "B", faixa gradual I, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, com efeitos financeiros retroativos a 28 de novembro de 1985.

2 — Conceder progressões funcionais nos termos da legislação específica, ficando o servidor posicionado na Referência NS-21.

Brasília, 27 de dezembro de 1988

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

JORGE CAETANO

SECRETARIA DO GOVERNO

DECRETO DE 27 DE DEZEMBRO DE 1988

O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Parágrafo 2º, artigo 2º do Regimento da Comissão de Coordenação das Atividades de Tratamento da Informação — CATI,

RESOLVE:

DESIGNAR FRANCISCO DE FREITAS, para exercer a função de Membro Suplente da Comissão de Coordenação das Atividades de Tratamento da Informação — CATI.

Brasília, 27 de dezembro de 1988

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

CELSIUS ANTONIO LODDER

DESPACHOS

PROCESSO Nº: 062.001.165/88
INTERESSADO: PAULO DE TARSO RIBEIRO VILARINHOS
ASSUNTO: Afastamento do País

Autorizo nos termos do parecer do Senhor Secretário de Administração às fls. 13.

Brasília, 24 de dezembro de 1988

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

PROCESSO Nº: 061.022.896/88
INTERESSADO: CÉLIO RODRIGUES PEREIRA
ASSUNTO: Afastamento do País

Autorizo nos termos do parecer do Senhor Secretário de Administração às fls. 25.

Brasília, 24 de dezembro de 1988

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

PROCESSO Nº: 061.033.518/88
INTERESSADO: RITA DE CÁSSIA BRIGNOLI FERREIRA DUARTE
ASSUNTO: Afastamento do País

Autorizo nos termos do parecer do Senhor Secretário de Administração às fls. 45.

Brasília, 24 de dezembro de 1988

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

PROCESSO Nº: 061.022.879/88
INTERESSADO: WAJIHA NASSER
ASSUNTO: Afastamento do País

Autorizo nos termos do parecer do Senhor Secretário de Administração às fls. 57.

Brasília, 24 de dezembro de 1988

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

PROCESSO Nº: 061.022.918/88
INTERESSADO: FÁTIMA GOMES DO CARMO
ASSUNTO: Afastamento do País

Autorizo com base no parecer do Senhor Secretário de Administração às fls. 55.

Brasília, 24 de dezembro de 1988

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ
Governador do Distrito Federal

SECRETARIA DO GOVERNO

PORTARIA CONJUNTA SEG/SEF Nº 011 DE 27 DE DEZEMBRO DE 1988.

Abre crédito suplementar no valor de Cz$ 106.160.000,00 (cento e seis milhões, cento e sessenta mil cruzados), às dotações do orçamento vigente que especifica.

OS SECRETÁRIOS DO GOVERNO E DE FINANÇAS, no uso da delegação de Competência conferida pelo artigo 1º, inciso XI do Decreto nº 11.335, de 07 de dezembro de 1988 e tendo em vista a autorização contida no artigo 8º, item I, da Lei nº 7.633 de 03 de dezembro de 1987, combinado com o artigo 41, item I, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964,

R E S O L V E M:

1 - Fica aberto o crédito suplementar no valor de Cz$ 106.160.000,00 (cento e seis milhões, cento e sessenta mil cruzados) nas dotações orçamentárias das seguintes Unidades:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO Nº 030.015271/88

14001.03070212.028 - Direção e Coordenação dos Sistemas Administrativos

000 - 3111.01	- Vencimentos e Vantagens Fixas	65.000.000,00
000 - 3111.02	- Despesas Variáveis.....	8.000.000,00
000 - 3113.00	- Obrigações Patronais.....	18.000.000,00

SECRETARIA DE SERVIÇOS SOCIAIS
PROCESSO Nº 030.015271/88

18001.15810212.045 - Planejamento e Coordenação da Política de Desenvolvimento Social

000 - 3111.01	- Vencimentos e Vantagens Fixas	300.000,00

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PROCESSO Nº 030.015271/88

16001.08070212.036 - Coordenação do Planejamento do Sistema Educacional

000 - 3111.01	- Vencimentos e Vantagens Fixas	6.350.000,00

SECRETARIA DE SAÚDE
PROCESSO Nº 030.015271/88

17001.13750212.043 - Coordenação das Ações de Saúde

000 - 3111.01	- Vencimentos e Vantagens Fixas	3.310.000,00

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PROCESSO Nº 031.000241/88

14002.03070212.034 - Desenvolvimento de Recursos Humanos

000 - 3111.02	- Despesas Variáveis.....	700.000,00
000 - 3113.00	- Obrigações Patronais.....	4.500.000,00

2 - O crédito suplementar de que trata o item anterior será financiado nos termos do art. 43, § 1º, item III, da Lei nº 4.320 de 17 de março de 1.964, pela anulação parcial das dotações orçamentárias que se seguem:

SECRETARIA DE FINANÇAS

15001.03080212.035 - Administração e Controle Fazendário

000 - 3111.01	- Vencimentos e Vantagens Fixas	81.000.000,00

SECRETARIA DO GOVERNO

13001.03090212.010 - Coordenação das Atividades de Planejamento, Orçamento e Modernização da Ação Governamental

000 - 3111.01	- Vencimentos e Vantagens Fixas	25.160.000,00

3 - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 27 de dezembro de 1988.

CLESIUS ANTONIO LODER

MARCO AURÉLIO MARTINS ARAÚJO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Departamento de Administração de Pessoal

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE DEZEMBRO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 011/88-SEA, de 09 de março de 1988, e tendo em vista o que consta do Processo nº 134.001.102/88,

RESOLVE:

APOSENTAR PEDRO PASCOAL DOS SANTOS, matrícula nº 13.953-X, no cargo de Agente de Portaria, Código TP-602.C, Referência NM-19, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, de acordo com os artigos 176, item III, e 178, item I, letra "b", da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a redação dada pela Lei nº 6.481, de 05 de dezembro de 1977, combinados com o artigo 40, insico I, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, observado o artigo 3º do Decreto-lei nº 2.224, de 09 de janeiro de 1985, alterado pelos artigos 2º e 10 do Decreto-lei nº 2.367, de 05 de novembro de 1987.

CORINTO MIRANDA JÚNIOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE DEZEMBRO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 011/88-SEA, de 09 de março de 1988, e tendo em vista o que consta do Processo nº 030.012.810/88,

RESOLVE:

APOSENTAR CAMILO DE LELIS GONÇALVES, matrícula nº 06.014-3, no cargo de Agente de Portaria, Código TP-602.C, Referência NM-18, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, de acordo com os artigos 176, item III, e 178, item I, alínea "b", da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a redação dada pela Lei nº 6.481, de 05 de dezembro de 1977, combinados com o artigo 40, inciso I, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, observado o artigo 3º do Decreto-lei nº 2.224, de 09 de janeiro de 1985, alterado pelos artigos 2º e 10 do Decreto-lei nº 2.367, de 05 de novembro de 1987, com as vantagens previstas no artigo 2º, § 1º da Lei nº 6.732, de 04 de dezembro de 1979, alterada pelos Decretos-lei nºs 1.746, de 27 de dezembro de 1979, e 2153, de 24 de julho de 1984.

CORINTO MIRANDA JÚNIOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE DEZEMBRO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 011/88-SEA, de 09 de março de 1988, e tendo em vista o que consta do Processo nº 030.014.758/88,

RESOLVE:

APOSENTAR AURELIANO ALVES RIBEIRO, matrícula nº 09.352-1, no cargo de Motorista Oficial, Código TP-601.S, Referência NM-32, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, de acordo com os artigos 176, item III, e 178, item I, alínea "b", da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a redação dada pela Lei nº 6.481, de 05 de dezembro de 1977, combinados com o artigo 40, inciso I, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, observado o artigo 3º do Decreto-lei nº 2.224, de 09 de janeiro de 1985, alterado pelos artigos 2º e 10 do Decreto-lei nº 2.367, de 05 de novembro de 1987, com as vantagens previstas no artigo 2º, § 1º da Lei nº 6.732, de 04 de dezembro de 1979, alterada pelos Decretos-leis nºs 1.746, de 27 de dezembro de 1979, e 2.153, de 24 de julho de 1984.

CORINTO MIRANDA JÚNIOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE DEZEMBRO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 011/88-SEA, de 09 de março de 1988, e tendo em vista o que consta do Processo nº 030.013.327/88,

RESOLVE:

APOSENTAR DELDINA OLIVEIRA CELESTINO ALVES, matrícula nº 03.831-8, no cargo de Agente de Portaria, Código TP-602.C, Referência NM-19, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, de acordo com os artigos 176, item III, e 178, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a redação dada pela Lei nº 6.481, de 05 de dezembro de 1977, combinados com o artigo 40, inciso I, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, observado o artigo 3º do Decreto-lei nº 2.224, de 09 de janeiro de 1985, alterado pelos artigos 2º e 10 do Decreto-lei nº 2.367, de 05 de novembro de 1987.

CORINTO MIRANDA JÚNIOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE DEZEMBRO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 011/88-SEA, de 09 de março de 1988, e tendo em vista o que consta do Processo nº 030.014.402/88,

RESOLVE:

APOSENTAR SEBASTIÃO DE SOUZA MELO, matrícula nº 10.254-7, no cargo de Artífice de Eletricidade e Comunicações,Código Art-505, Classe Mestre, Referência NM-26, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, de acordo com os artigos 176, item III, e 178, item I, alínea "b", da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a redação dada pela Lei nº 6.481, de 05 de dezembro de 1977, combinados com o artigo 40, inciso I, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, observado o artigo 3º do Decreto-lei nº 2.224, de 09 de janeiro de 1985, alterado pelos artigos 2º e 10 do Decreto-lei nº 2.367, de 05 de novembro de 1987.

CORINTO MIRANDA JÚNIOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE DEZEMBRO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 011/88-SEA, de 09 de março de 1988, e tendo em vista o que consta do Processo nº 040.006.282/88,

RESOLVE:

APOSENTAR JOSÉ DO NASCIMENTO FEITOSA, matrícula nº 16.781-9, no cargo de Agente Administrativo, Código SA-401.C, Referência NM-27, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, de acordo com os artigos 176, item III, e 178, item I, alínea "b", da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, com a redação dada pela Lei nº 6.481, de 05 de dezembro de 1977, combinados com o artigo 40, inciso I, da CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DO BRASIL, observado o artigo 3º do Decreto-lei nº 2.224, de 09 de janeiro de 1985, alterado pelos artigos 2º e 10 do Decreto-lei nº 2.367, de 05 de novembro de 1987.

CORINTO MIRANDA JÚNIOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE DEZEMBRO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 011/88-SEA, de 09 de março de 1988, e tendo em vista o que consta do Processo nº 030.007.740/88,

RESOLVE:

Conceder, nos termos do artigo 1º,da Lei nº 6.782, de 19 de maio de 1980, pensão especial vitalícia a CONCEIÇÃO SANCHES MARTINS ROSS, viúva do ex-funcionário PEDRO MARTINS ROSS, Guarda, nível 10-B, matrícula nº 12.786, do Quadro Provisório de Pessoal do Distrito Federal, a contar de 20 de maio de 1980.

CORINTO MIRANDA JÚNIOR

ORDEM DE SERVIÇO DE 27 DE DEZEMBRO DE 1988

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi subdelegada pela Portaria nº 011/88-SEA, de 09 de março de 1988, e tendo em vista o que consta do Processo nº 030.009.834/88,

RESOLVE:

RETIFICAR a Ordem de Serviço de 16 de outubro de 1987, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal nº 197, de 19 do mesmo mês e ano, referente à aposentadoria de CÉLIA LAGO GONÇALVES LEITE, Professora de Ensino de 1º e 2º Graus, Código M-1001, nível 03, matrícula nº 04.755-4, do Quadro de Pessoal do Distrito Federal, para incluir os artigos 1º, § 1º, alínea "e", e 10 do Decreto-lei nº 2.367, de 05 de novembro de 1987, ficando ratificados os demais termos da concessão inicial.

CORINTO MIRANDA JÚNIOR

Divisão de Pessoal

CONCEDO, nos termos do art. 2º combinado com o art. 5º do Decreto "N" nº 649, de 31 de agosto de 1967, LICENÇA ESPECIAL, aos servidores abaixo.

NOME: VILMA DA SILVA LUCENA, Professor de Ens. de 1º e 2º Graus
MATRÍCULA: 8.124-8
LOTAÇÃO: SE
DECÊNIO: 2º 21.04.77 a 31.05.88

NOME: JOÃO ROCHA LEMOS, Agente de Portaria, Cód. TP.602
MATRÍCULA: 10.364-0
LOTAÇÃO: SAP
REFERÊNCIA: NM-25
DECÊNIO: 2º 30.05.78 a 27.05.88

NOME: LOURIVAL CORREIA DE OLIVEIRA, Agente Administrativo, Cód. SA-401.S,
MATRÍCULA: 12.342-0
LOTAÇÃO: SCS
REFERÊNCIA: NM-28
DECÊNIO: 2º 25.11.78 a 22.11.88

NOME: TIBURCIO URCINO FERREIRA, Ag. de Serviços de Engenharia, NM-808
MATRÍCULA: 14.064-3
LOTAÇÃO: RA III
REFERÊNCIA: NM-19
DECÊNIO: 2º 30.03.70 a 08.04.80

NOME: ANICÉSIO LUIZ DE SOUZA, Artifice de Obras Civis
MATRÍCULA: 16.547-6
LOTAÇÃO: SEA
DECÊNIO: 1º 29.03.60 a 02.04.70

NOME: ANICÉSIO LUIZ DE SOUZA, Artífice de Obras Civis
MATRÍCULA: 16.547-6
LOTAÇÃO: SEA
DECÊNIO: 2º 03.04.70 a 20.05.80

NOME: OLANTINO RIBEIRO DE OLIVEIRA, Agente Administrativo
MATRÍCULA: 15.170-X
LOTAÇÃO: RA-V
DECÊNIO: 2º 29.04.71 a 25.04.81

LUIZ CARLOS WANDERLEY CEZAR

Divisão de Pessoal — DAP/SEA
Chefe

SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA DE 21 DE DEZEMBRO DE 1988

O SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições regimentais, e tendo em vista o disposto no artigo 8º, do Decreto nº 5.065, de 18 de janeiro de 1980,

RESOLVE:

DESIGNAR LUIZ FERNANDO RIBEIRO SILVA, Agente Penitenciário, matrícula 19.087-X, Classe Especial III, para exercer a função de Secretário-Administrativo, Código DAI-112.3, da Casa de Albergado/ COSIPE, a partir de 02 de janeiro de 1989.

Brasília, 21 de dezembro de 1988

JOÃO MANOEL SIMCH BROCHADO

ACADEMIA DE POLICIA CIVIL

ORDEM DE SERVIÇO Nº: 104/88 DE 26/12/1988

O DIRETOR DA ACADEMIA DE POLÍCIA CIVIL DA SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

R E S O L V E:

Tornar público o Resultado Final da Verificação de Aprendizagem do V Curso Especial de Polícia/1988.

APROVADOS:

Nº DE ORDEM	N O M E	MATRÍCULA	NOTA
01	Aciol Pereira dos Santos	23.566-0	77
02	Antonio Carlos Ribeiro Torres	06.302-9	61
03	Antonio Carlos da Silva Oliveira	19.741-6	64
04	Antonio Ferreira Neto	23.382-X	69
05	Antonio José de Brito	24.208-X	83
06	Antonio José Magalhães Leão	24.298-5	71
07	Antônio Luiz Leite de Andrade	23.520-2	75
08	Antonio Manoel de Jesus	23.608-X	78
09	Antonio Matias Pereira	19.798-X	69
10	Araripe Guedes	24.361-2	62
11	Arlete Donzeli Pereira	24.268-3	73
12	Augusto Cesar Paz de Lima	24.064-8	82
13	Bartolomeu Araújo	24.045-1	85
14	Carlos José Campos da Costa	23.008-1	72
15	Carlos Lúcio Ferreira da Silva	23.492-3	89
16	Cássio Geraldo Aguiar Dupim	24.790-1	81
17	Cícero Fernandes Rosendo	23.614-4	71
18	Cláudio Costa	23.533-4	70
19	Clemilton de Oliveira Vieira	23.500-8	81
20	Cristovão Virgolino Guedes	22.148-1	78
21	Diana Henriqueta Barreto Gonçalves	23.553-9	81
22	Dilermando Fonseca	23.559-8	81
23	Diogenes Alves de Castro	24.335-3	63
24	Domingos Sávio Dutra Barreto	23.507-5	93
25	Durval Antonio Soares	23.636-5	68
26	Edilson Souza de Oliveira	23.477-X	74
27	Edmar de Paula Silveira	24.028-1	81
28	Edmilson Dantas de Araújo	24.785-5	79
29	Edson da Costa	23.574-1	80
30	Ednaldo Soares Pereira	23.545-8	62
31	Elivaldo Ferreira de Melo	21.741-7	78
32	Eliziane Araújo Herrero	24.398-1	80
33	Elzira Jardim Dantas de Meneses	24.780-4	75
34	Emival Pessoa de Godoi	23.511-3	75
35	Ésio Pacheco da Silva	23.552-0	80
36	Etelvino Moreira Gomes	23.600-4	88
37	Fábio Teixeira Lemos	23.456-7	80
38	Francisco Aurélio Dias Paes Leme	24.793-6	87
39	Francisco Azevedo Barros	19.705-X	64
40	Francisco José Coelho Sampaio	24.030-3	80
41	Francisco Latorraca	20.046-8	87
42	Francisco Ribeiro de Souza	19.148-5	71
43	Francisco Silva de Lima	23.396-X	71
44	Francisco da Silva Vieira	23.576-8	80
45	Gediael Cordeiro Leite	24.791-X	67
46	Geraldo Luiz Nugoli Costa	23.426-5	77
47	Geraldo Machado Guimarães	19.788-2	88
48	Gervalsul Ferreira da Silva	20.730-6	71
49	Gilcimar Almeida Dias Hashimoto	24.782-0	83
50	Gilson Simões Ramos Filho	24.315-9	63
51	Hélio de Almeida Araújo	24.032-X	72
52	Hélio dos Santos	23.418-4	82
53	Henrique Lopes de Jesus	23.471-0	87
54	Ioniris Francisco da Silva	24.807-X	82
55	Jacinta de Fátima Espinola Oliveira	23.549-0	76
56	João Alves Filho	23.489-3	79
57	João Ferreira de Pádua	24.328-0	73
58	João Paulino de Souza Neto	23.415-X	74
59	Jorge Arthur Lima de Souza	23.141-X	69
60	Jorge Luiz Avelino dos Santos	24.025-7	65
61	Jorge Luiz Teixeira Silva	23.405-2	70
62	José Barroso Sirkis	24.227-6	71
63	José Carlos Biagi da Silva	24.081-8	82
64	José Carlos Teixeira	21.090-0	74
65	José Carlos dos Reis	23.143-6	62
66	José Geraldo de Oliveira	23.171-1	74
67	José Hilídio Vieira de Sousa	23.530-X	77
68	José Jairo Souza Santos	23.414-1	72
69	José Lucimar de Araújo Freitas	23.473-7	72
70	José Maria Oliveira de Souza	21.168-0	60
71	José Miguel da Costa	23.527-X	74
72	José Pedro da Silva	23.577-6	72
73	José Ricardo Barbosa dos Santos	24.022-2	77
74	Juarez Ferreira Silva	19.487-5	90
75	Luiz Antonio de Bessa e Souza	22.982-2	75
76	Luis Antonio Garcia Pereira	23.540-7	84
77	Lucilene Maria Vieira	23.464-8	65
78	Manoel Lourenço de Andrade	23.383-8	83
79	Manoel Soares Filho	22.984-9	82
80	Marcos Antonio Chaves da Silva	24.047-8	80
81	Maria Marta dos Santos	24.783-9	76
82	Marília Silva Santos Mesquita	23.565-2	80
83	Natanael Machado Corrêa	23.395-1	81
84	Norivaldo Eustáquio Lopes	19.748-3	70
85	Osvaldo Soares de Souza	23.387-0	82
86	Paulo Danicki	24.038-9	83
87	Paulo Fernandes de Oliveira	24.307-8	73
88	Paulo Nascimento Gomes	24.283-7	72
89	Paulo Pereira Cunha	19.142-6	79
90	Paulo Sérgio Mélo Passos	23.037-5	72
91	Paulo Vicente de Arruda	01.189-4	68
92	Renato Rubens Amaral Marques	22.147-3	87
93	Roberto Martins de Miranda	24.239-X	80
94	Ronaldo Vasconcelos Pimentel	19.782-3	73
95	Ronan Coelho de Lima	23.007-3	78
96	Rosálio dos Santos Silva	23.185-1	68
97	Rutemar Ribeiro Rocha	19.764-5	73
98	Samuel Inácio de Souza	23.003-0	70
99	Sávio Toledo Cavallari	24.347-7	80
100	Sebastião de Paula Alves	23.403-6	85
101	Sérgio Ferraz Aiello	24.360-4	76
102	Severino Ramos da Silva	23.410-9	64
103	Soraya Regina Cazarin de Brito	24.771-5	80
104	Sylvio Costa Júnior	23.459-1	75
105	Valter Ferreira Santana	19.780-7	66
106	Valter Homero Rodrigues da Silva	23.453-2	76
107	Vera Lúcia Dias de Souza Araújo.	23.438-9	78
108	Walter José e Silva	23.590-3	85

Brasília, DF., 26 de dezembro de 1988

JOSÉ RAIMUNDO PERDIGÃO R. DA CUNHA

PROCURADORIA GERAL

TERMO REGISTRADO NA 1ª SPR-DF – PUBLICAÇÃO CONFORME DECRETO Nº 10.996/88

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO Nº: 131.001.523/88 — PARTES: DF/RA-II X DINÂMICA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA. OBJETO: Aditamento as NEs nºs 004 e 112/88-RA-II. VALOR: Cz$ 27.900.000,00 (vinte e sete milhões e novecentos mil cruzados). NOTA DE EMPENHO Nº 219/88-RA-II, emitida por estimativa em 23 de dezembro de 1988. Subelemento de Despesa 3.1.3.2-39. PRAZO: Até 31 de dezembro de 1988. FUNDAMENTO LEGAL: Tomada de Preços nº 005/88-CL-RA-II. TERMO PADRÃO 10/80.

PROCESSO Nº: 030.003.857/88 — PARTES: DF/SCS X DPZ — DUALIBI, PETIT, ZARAGOZA PROPAGANDA S/A. OBJETO: Atender despesas com publicidade e propaganda do exercício de 1987. VALOR: Cz$ 152.132,00 (cento e cinquenta e dois mil cento e trinta e dois cruzados). NOTA DE EMPENHO ORDINÁRIO Nº 618/88-ISDF, emitida em 27 de outubro de 1988. Subelemento de Despesa 3.1.9.2 PRAZO: Até 31.12.88. FUNDAMENTO LEGAL: Arts. 46, 47, 51, 86, 87 e 88 do Decreto nº 10.994, de 31.12.87. TERMO PADRÃO Nº 10/80.

Brasília, 27 de dezembro de 1988

TRIBUNAL DE CONTAS DO DF

PORTARIA Nº 242, DE 14 DE DEZEMBRO DE 1988

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 50, inciso XXI, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 07, de 18 de agosto de 1987 e o que consta do Processo nº 0036/88,

considerando que a data-base para o reajustamento dos salários, vencimentos e pensões dos membros e servidores do Tribunal de Contas do Distrito Federal e do respectivo Ministério Público é, ex vi do Decreto-lei nº 2.317, de 29 de dezembro de 1986, 1º de janeiro;

considerando o disposto nos §§ 1º e 4º do artigo 8º do Decreto-lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987;

considerando a variação percentual da Unidade de Referência de Preços (URP), calculada com base no § 1º do artigo 3º do Decreto-lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987, cuja taxa foi fixada pela Portaria nº 354, de 30 de novembro de 1988, do Ministério da Fazenda, em 26,05% (vinte e seis inteiros e cinco centésimos por cento);

considerando, ainda, o disposto no artigo 1º,incisos I, II e III, da Lei nº 01, e no § 2º do artigo 2º da Lei nº 2, ambas de 30 de novembro de 1988, publicadas no Diário Oficial da mesma data;

RESOLVE:

Art. 1º — Os valores de vencimentos e proventos dos membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dos membros do respectivo Ministério Público, bem como os vencimentos, salários, proventos, gratificações, salário-família estatutário dos servidores dos Serviços Auxiliares, bem assim os valores das pensões pagas pelo Tribunal, vigentes em 1º de dezembro de 1988, ficam reajustados em 26,05% (vinte e seis inteiros e cinco centésimos por cento), a partir da mesma data, com base no Decreto-lei nº 2.335, de 12 de junho de 1987, na Portaria nº 354, de 30 de novembro de 1988 do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, acrescidos do abono mensal instituído pela Lei nº 1, de 30 de novembro de 1988, reajustado no mesmo percentual, de acordo com o inciso III de seu artigo 1º.

Art. 2º — Em decorrência do reajuste de que trata o artigo anterior, os novos valores são os constantes nos Anexos I, II, III, IV, V e VI desta Portaria.

Brasília-DF, 14 de dezembro de 1988

JOEL FERREIRA DA SILVA

(Portaria nº 242 , de 14 /12/88)

A N E X O I

MEMBROS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL E DO RESPECTIVO MINISTERIO PÚBLICO

	RETRIBUIÇÃO BÁSICA A PARTIR DE 1º.12.88			
	VENCIMENTO (Cz$)	REPRESENTAÇÃO MENSAL (%)	(Cz$)	TOTAL
Conselheiro	396.553,11	196	777.244,09	1.173.797,20
Auditor	389.070,93	194	754.797,60	1.143.868,53
Procurador-Geral	264.293,39	190	502.157,46	766.450,83
Procurador	175.911,52	150	263.867,28	439.778,80

(Portaria nº 242 , de 14 /12 /88)

ANEXO II

CARGOS E EMPREGOS DE NÍVEL SUPERIOR		CARGOS E EMPREGOS DE NÍVEL MÉDIO		
REFERÊNCIA	VENCIMENTO OU SALÁRIO A PARTIR DE 1º.12.88 (Cz$)	REFERÊNCIA		VENCIMENTO OU SALÁRIO A PARTIR DE 1º.12.88 (Cz$)
NS 01	56.010,10	NM	03	25.907,64
NS 02	60.248,58	NM	04	26.665,91
NS 03	63.255,59	NM	05	27.482,11
NS 04	66.409,87	NM	06	28.341,92
NS 05	69.743,27	NM	07	29.071,22
NS 06	73.208,05	NM	08	29.902,41
NS 07	76.877,94	NM	09	30.777,33
NS 08	80.714,65	NM	10	31.593,46
NS 09	83.829,18	NM	11	32.424,74
NS 10	88.015,00	NM	12	33.270,05
NS 11	91.386,69	NM	13	34.188,75
NS 12	95.980,69	NM	14	35.121,72
NS 13	99.630,37	NM	15	36.098,24
NS 14	104.613,07	NM	16	37.379,05
NS 15	109.238,16	NM	17	38.621,39
NS 16	114.052,96	NM	18	40.084,80
NS 17	119.067,62	NM	19	41.627,58
NS 18	125.011,62	NM	20	43.431,59
NS 19	131.264,38	NM	21	45.576,23
NS 20	137.841,56	NM	22	47.820,65
NS 21	144.719,90	NM	23	50.185,64
NS 22	151.971,06	NM	24	52.691,37
NS 23	159.551,63	NM	25	55.296,84
NS 24	167.524,98	NM	26	58.022,20
NS 25	175.911,52	NM	27	60.908,69
		NM	28	63.915,21
		NM	29	67.061,97
		NM	30	70.388,91
		NM	31	73.856,26
		NM	32	79.448,20

(Portaria nº 242 , de 14 /12 /88)

ANEXO III

GRUPOS: DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES E DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS

DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIORES - DAS				
NÍVEL	A PARTIR DE 1º.12.88			
	VENCIMENTO OU SALÁRIO (Cz$)	REPRESENTAÇÃO MENSAL (%)	(Cz$)	RETRIBUIÇÃO MENSAL (Cz$)
DAS - 1	165.631,83	100	165.631,83	331.263,66
DAS - 2	188.820,39	115	217.143,44	405.963,83
DAS - 3	215.255,20	125	269.069,00	484.324,20
DAS - 4	245.391,00	130	319.008,30	564.399,30
DAS - 5	279.745,70	135	377.656,69	657.402,39

DIREÇÃO E ASSISTÊNCIA INTERMEDIÁRIAS - DAI		
NÍVEL	VALOR MENSAL DA GRATIFICAÇÃO A PARTIR DE 1º.12.88 (Cz$)	CORRELAÇÃO
DAI - 3	31.055,82	NÍVEL MÉDIO
DAI - 2	24.844,49	
DAI - 1	19.875,58	
DAI - 3	60.655,86	NÍVEL SUPERIOR
DAI - 2	48.524,62	
DAI - 1	38.819,53	

(Portaria nº 242 , de 14 /12 /88)

ANEXO IV

ENCARGOS DE REPRESENTAÇÃO DE GABINETE A PARTIR DE 1º.12.88

GRATIFICAÇÃO			
	ATUAL (Cz$)	REAJUSTE	NOVO VALOR (Cz$)
SUPERVISOR	87.598,48		110.417,88
ASSISTENTE-TÉCNICO	87.598,48		110.417,88
ASSISTENTE-SECRETÁRIO	61.318,87		77.292,43
AUXILIAR DE GABINETE	61.318,87	26,05%	77.292,43
AJUDANTE I	70.078,77		88.334,28
AJUDANTE II	30.659,35		38.646,11
EXECUTANTE	30.659,35		38.646,11
GARÇOM*	18.037,82		22.736,67
ATENDENTE*	18.037,82		22.736,67

(*) ENCARGOS A SEREM EXTINTOS QUANDO VAGAREM

(Portaria nº 242 , de 14 / 12/88)

ANEXO V

CARREIRA DE FINANÇAS E CONTROLE EXTERNO
A PARTIR DE 1º.12.88

DENOMINAÇÃO	CLASSE	PADRÃO	VENC. OU SALÁRIO (Cz$)
ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE EXTERNO	ESPECIAL	III	243.330,05
		II	237.799,79
		I	232.269,58
	C	V	215.678,93
		IV	210.148,56
		III	204.618,40
		II	199.088,13
		I	193.557,89
	B	V	176.967,25
		IV	171.437,07
		III	165.906,74
		II	160.376,44
		I	154.846,31
	A	VI	138.255,57
		V	132.725,35
		IV	127.195,12
		III	121.664,90
		II	116.134,60
		I	110.604,42

(Portaria nº 242 , de 14 /12/88)

ANEXO VI

CARREIRA DE FINANÇAS E CONTROLE EXTERNO
A PARTIR DE 1º.12.88

DENOMINAÇÃO	CLASSE	PADRÃO	VENC. OU SALÁRIO (Cz$)
TÉCNICO DE FINANÇAS E CONTROLE EXTERNO	ESPECIAL	III	121.664,90
		II	118.346,73
		I	115.028,60
	C	V	103.968,13
		IV	100.649,99
		III	97.331,78
		II	94.013,74
		I	90.695,62
	B	V	79.635,22
		IV	76.316,90
		III	72.998,75
		II	69.680,67
		I	66.362,57
	A	VI	55.302,11
		V	51.983,96
		IV	48.665,86
		III	45.347,68
		II	42.029,55
		I	38.711,29

PORTARIA Nº 245 DE 26 DE DEZEMBRO DE 1988

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o que consta do Processo nº 3343/88,

RESOLVE:

Designar IGNO JEOVÁ DA SILVA, Diretor do Serviço de Contabilidade, Código TCDF-LT-DAS-101.3;

JOSIVAN OLIVEIRA SILVA, Diretor da Divisão de Orçamento e Finanças, Código TCDF-LT-DAS-101.3, e TÚLIO ZANINA COSTA, Diretor do Serviço de Legislação de Pessoal, Código TCDF-DAS-101.3, para, sob a presidência do primeiro, constituirem comissão incumbida de proceder a tomada de contas especial do Diretor da Divisão de Transportes, com base nos fatos noticiados no processo acima referido.

Brasília-DF, 26 de dezembro de 1988

JOEL FERREIRA DA SILVA

ATA DA 2542a. SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Aos 29 dias do mês de novembro de 1988, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ, FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, FREDERICO AUGUSTO BASTOS e JOSÉ EDUARDO BARBOSA, os Auditores OSVALDO RODRIGUES e FRANCISCO MARTINS BENVINDO e o Procurador-Geral Dr. LINCOLN PINTO DA LUZ, o Presidente, Conselheiro JOEL FERREIRA DA SILVA, declarou aberta a sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da 2541a. Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente, acompanhado pelos demais membros do Plenário, deu boas-vindas ao Conselheiro FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, que esteve representando o Tribunal em missão oficial. O Conselheiro FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE agradeceu a manifestação de cordialidade de seus pares.

A seguir, o Senhor Presidente informou o Plenário de que recebera, no dia 25 deste, a visita do Exmo. Senhor Secretário de Serviços Sociais, Dr. JOÃO RIBEIRO DE OLIVEIRA E SOUZA, quando foram tratados assuntos de interesse da Secretaria que dirige.

J U L G A M E N T O S

PROCESSO DEVOLVIDO À PRESDIDÊNCIA

O Senhor Presidente deu prosseguimento ao julgamento do processo nº 1179/88 (Relator: Auditor FRANCISCO MARTINS BENVINDO), de que haviam pedido vista, em sessões anteriores, os Conselheiros FREDERICO AUGUSTO BASTOS e FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE. O processo trata da NE nº 210/88-PMDF e outras. Aos autos juntaram-se os Ofícios de nºs. 1090/88-GAG e 242/88-SAP, através dos quais o Gabinete Civil do Governador e a Secretaria de Agricultura e Produção formulam pedido de reconsideração da decisão da Corte prolatada na sessão de 31.05.88.- O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS (fls. 59-61) — que vai publicado em anexo à presente ata, acompanhado de posterior declaração —, decidiu: a) conhecer dos diversos pedidos de reexame da matéria, para, no mérito, provê-los, reconsiderando, assim, a decisão de 31.10.88 (Ofício GP nº 722/88-CIRCULAR); b) determinar, em conseqüência, a expedição de correspondência aos órgãos arrolados a fls. 30, informando-os de que as aquisições feitas à Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A, de qualquer natureza, mas de sua comercialização, estão dispensadas de procedimento licitatório, nos termos do art. 29, inciso XI, § 1º, do Decreto nº 10.996, de 26.01.88. Vencido o Conselheiro FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, que manteve seu voto de fls. 73-74, anexo à presente ata.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO GERALDO FERRAZ

PROCESSO Nº 1998/86, originário da NE nº 266/86-SEF e outras, algumas emitidas para ressarcimento do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público. Aos autos juntou-se representação da 1a. Inspetoria de Controle Externo a respeito do não atendimento, por parte da Secretaria de Administração do DF, de diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta que a Secretaria de Administração tem novo titular, decidiu dar-lhe ciência dos fatos noticiados neste processo, solicitando-lhe que adote efetivas e urgentes providências com vistas a implementar o levantamento da situação dos servidores da Administração Direta do Distrito Federal junto ao PASEP.

PROCESSO Nº 0216/87 - Convênio nº 134/86 celebrado entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Viação e Obras do DF, e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento dos resultados da 4a. etapa de fiscalização e controle da execução do ajuste, determinando a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 0235/86 - Contrato nº 021/85 celebrado entre a Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. e a firma ESTACON - Engenharia S/A.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento dos documentos relativos ao recebimento definitivo das obras contratadas, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 0730/87 - Contrato nº 049/86 celebrado entre a Fundação Educacional do DF e a firma CAEL - Construções, Engenharia e Projetos Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do 1º e 2º termos aditivos ao ajuste, bem como dos resultados da 2a. etapa de fiscalização e controle de sua execução; b) determinar diligência junto à Fundação Educacional, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados no referido voto a fls. 243-244.

PROCESSO Nº 1720/87 - Convênio nº 028/87 celebrado entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Viação e Obras do DF, e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento dos resultados da 5a. etapa de fiscalização e controle da execução do convênio, determinando a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2984/87 - Convênio nº 022/87 celebrado entre a Fundação do Serviço Social do DF e a Associação dos Artesãos de Planaltina. Aos autos juntou-se representação da 2a. Inspetoria de Controle Externo a respeito do não atendimento, por parte da Fundação do Serviço Social, de diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu conceder o prazo de 30 (trinta) dias para que a Fundação do Serviço Social dê atendimento ao solicitado no Ofício GP nº 1117/88.

PROCESSO Nº 1734/88 - Contrato nº 007/88 e outros, celebrados entre a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A e diversos. Aos autos juntou-se expediente da SAB (Ofício nº 545/88-PRESI e anexo), dando conta do atendimento a diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento do citado expediente, decidiu: a) fazer à entidade a recomendação indicada na alínea a do referido voto e relevar, excepcionalmente, a falha apontada na alínea b do mesmo voto; b) reiterar à SAB a recomendação contida no Ofício GP nº 1353/88.

PROCESSO Nº 2929/88 - NE nº 135/88-RA-V e outras;
PROCESSO Nº 2962/88 - NE nº 156/88-RA-III e outras;
PROCESSO Nº 2966/88 - NE nº 855/88-PMDF e outras;
PROCESSO Nº 2995/88 - NE nº 549/88-DPC e outras;
PROCESSO Nº 2997/88 - NE nº 739/88-PMDF e outras;
PROCESSO Nº 2999/88 - NE nº 140/88-RA-II e outras;
PROCESSO Nº 3024/88 - NE nº 750/88-PMDF e outras;
PROCESSO Nº 3052/88 - NE nº 902/88-PMDF e outras;
PROCESSO Nº 3059/88 - NE nº 264/88-SLU e outras.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 2293/88 - NE nº 506/88-SEP e outras. Aos autos juntou-se expediente da Secretaria de Segurança Pública (O.I. nº 702/88-GAB/SEP e anexos) a respeito da determinação da Corte expressa no Ofício GP nº 1766/88.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do citado expediente para, no mérito, considerar não cumprida a determinação da Corte, relevando excepcionalmente o fato; b) reiterar à Secretaria de Segurança Pública os termos do Ofício GP nº 1766/88, com os esclarecimentos indicados na alínea c do referido voto a fls. 47-48; c) conceder à Secretaria de Segurança Pública o prazo de 15 (quinze) dias para a adoção das medidas a que se refere a alínea d do mesmo voto.

PROCESSO Nº 3090/88 - NE nº 090/88-RA-IV e outras.- O Tribunal determinou diligência preliminar, a ser cumprida no prazo de 15 (quinze) dias, para o fim indicado no voto do Relator a fls. 21.

PROCESSO Nº 3343/88 - Relatório de inspeção especial realizada nas Divisões de Transportes e de Material e Patrimônio desta Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) recomendar à Diretoria-Geral de Administração que, no prazo de 90 (noventa) dias, adote as providências indicadas na alínea a da instrução a fls. 123-124, além de determinar-lhe que promova as medidas requeridas na alínea b, itens 1 e 2, da mesma instrução; b) determinar a instauração de tomada de contas especial do responsável pela Divisão

de Transportes da Corte para os fins a que se refere a citada instrução a fls. 124.

PROCESSO Nº 1951/88 - Tomada de contas dos agentes de material desta Corte, relativa ao exercício de 1987.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu sobrestar o julgamento das contas até a solução final da matéria tratada no processo nº 3343/88.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PROCESSO Nº 1807/85 - Convênio nº 058/83 celebrado entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Administração do DF, e a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN. Aos autos juntou-se o O.I. nº 0059/88-PRESI, pelo qual a CODEPLAN solicita nova prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para atendimento de diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) excepcionalmente, considerar prorrogado, por 60 (sessenta) dias, a partir desta data, o prazo para conclusão do trabalho; b) determinar a aplicação da multa prevista no art. 59 do Ato Regimental nº 9/80, na quantia equivalente a 01 (hum) MVR, a ser recolhida, individualmente, pelo Diretor-Presidente da CODEPLAN e pelo responsável pela "Diretoria encarregada de cumprir o determinado no Ofício GP nº 1258/88"; c) alertando a Secretaria de Administração do DF para as disposições do art. 60 do Ato Regimental nº 9/80, solicitar-lhe o imediato cumprimento da determinação contida no Ofício GP nº 0293/88.

PROCESSO Nº 1390/87 - Contrato nº 005/87 e outros, celebrados entre a Fundação Hospitalar do DF e diversos.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento dos resultados de inspeção especial ordenada na sessão de 03.12.87, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 2654/87 - Relatório de inspeção especial realizada nas Secretarias do Governo e de Finanças do DF para verificar a regularidade das operações de crédito efetuadas pelo Distrito Federal, inclusive os respectivos créditos adicionais.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento dos resultados da inspeção, decidiu: a) representar aos Exmos. Srs. Secretários do Governo, de Finanças e Extraordinário para Assuntos Econômicos e de Reforma Administrativa para os fins indicados na alínea a do referido voto a fls. 212; b) a par de fazer à Secretaria do Governo a recomendação a que se refere a alínea b do mesmo voto, requisitar-lhe o demonstrativo reclamado na alínea c; c) solicitar da Secretaria de Finanças que forneça à Corte os esclarecimentos de que trata a alínea d do voto.

PROCESSO Nº 3011/87 - Contrato nº 016/87 celebrado entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Serviços Públicos do DF e do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana, e a Empresa Carioca de Engenharia Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu, sem prejuízo do acolhimento, desde já, das diligências propostas pela 1a. Inspetoria de Controle Externo nos subitens b.3 e b.4 e item c de fls. 162, determinar o envio dos autos à 3a. Inspetoria de Controle Externo para os fins indicados no referido voto a fls. 165.

PROCESSO Nº 1263/88 - Relatório nº 005/88-DPA/SEF, referente a auditoria a que procedeu o órgão próprio da Secretaria de Finanças no Departamento de Administração Geral da Secretaria de Segurança Pública do DF.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento dos resultados de verificações levadas a efeito pela 1a. Inspetoria de Controle Externo, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 2220/88 - Relatório de inspeção programada levada a efeito no Corpo de Bombeiros do DF para verificar a regularidade de atos e fatos ligados às concessões iniciais de reformas e pensões militares, de acordo com o GIPLAN/88.- O Tribunal, ao tomar conhecimento dos resultados da inspeção, decidiu determinar ao Corpo de Bombeiros do DF que adote as providências indicadas no voto do Relator a fls. 39.

PROCESSO Nº 2380/88 - Relatório de inspeção especial realizada nas Secretarias da Cultura e de Administração do DF, para verificar a regularidade do ato que extinguiu 19 funções de confiança na Secretaria da Educação e criou 26 outras na Secretaria da Cultura, através do Decreto nº 11.176/88.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento dos resultados da inspeção, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 2584/88 - Contrato nº 002/88 e outros, celebrados entre o BRB - Banco de Brasília S/A e diversos;

PROCESSO Nº 2434/88 - Contrato nº 23/88 e outros, celebrados entre a Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central e diversos;

PROCESSO Nº 2609/88 - Convênio s/nº celebrado entre a Fundação Banco do Brasil, a Fundação Cultural do DF e a Fundação Clóvis Salgado.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2407/88 - Contrato nº 015/88 celebrado entre o Departamento de Estradas de Rodagem do DF e a firma CONTERC - Construção, Terraplenagem e Consultoria Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, relevando a falha apontada na instrução, tomou conhecimento do ajuste e determinou a baixa do processo à 3a. Inspetoria, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2608/88 - Contrato nº 007/88 e outro, celebrados entre o Departamento de Trânsito do Distrito Federal e diversos.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu tomar conhecimento dos ajustes e reiterar ao Departamento de Trânsito o fiel cumprimento da recomendação contida no Ofício GP nº 510/88-CIRCULAR.

PROCESSO Nº 2791/88 - Relatório de inspeção programada a que procedeu a 5a. Inspetoria de Controle Externo na Secretaria de Viação e Obras do DF para verificar a regularidade de atos e fatos relacionados com a receita daquela Secretaria.- O Tribunal, ao tomar conhecimento dos resultados da inspeção, decidiu determinar à Secretaria de Viação e Obras que adote as providências reclamadas no voto do Relator a fls. 11.

PROCESSO Nº 2910/88 - Ofício nº 433/88-SEF, através do qual a Secretaria de Finanças do DF encaminha cópia do Relatório nº 10/88-DPA/SEF, referente a auditoria a que procedeu o órgão próprio daquela Secretaria no Corpo de Bombeiros do DF.- O Tribunal, ao tomar conhecimento do Relatório, decidiu recomendar ao Corpo de Bombeiros a adoção das providências indicadas no voto do Relator a fls. 32-33.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO FREDERICO AUGUSTO BASTOS

PROCESSO Nº 4192/84 - Pensão militar concedida à Senhora AMÉLIA DIAS DE MATOS e outros;

PROCESSO Nº 4301/84 - Revisão dos proventos, em cumprimento de decisão judicial, da reforma do Cabo BM JORGE FERNANDES ATIENZA.

O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, determinou diligências, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 1399/86 - Pensão especial concedida à Senhora MARIA NAZARÉ SANTOS BARROS e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou o retorno do processo à 4a. Inspetoria de Controle Externo para outra instrução, à vista da nova orientação da Corte.

PROCESSO Nº 2698/86, originário de relatório de inspeção programada levada a efeito na Companhia de Água e Esgotos de Brasília para verificar a regularidade de atos e fatos ligados à administração financeira e patrimonial, de acordo com o GIPLAN/86.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do resultado de inspeção especial realizada na CAESB, decidiu determinar à entidade o atendimento, no prazo de 60 (sessenta) dias, da diligência remanescente contida na alínea f do Ofício GP nº 1491/86.

PROCESSO Nº 1307/88 - Contrato nº 003/88 celebrado entre a Fundação Hospitalar do DF e a firma LDN - Empreendimentos de Engenharia Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento dos resultados da 2a. etapa de fiscalização e controle da execução do ajuste, determinando a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2660/88 - NE nº 373/88-SEF.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento da nota de empenho nº 373/88-SEF e considerar correta a classificação da despesa de que trata; b) tomar conhecimento também dos resultados da 1a. etapa de fiscalização e controle da despesa, determinando a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2665/88 - NE nº 098/88-RA-II e outras;
PROCESSO Nº 2777/88 - NE nº 160/88-GAG e outras;
PROCESSO Nº 3036/88 - NE nº 159/88-SOF-SEA e outras.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 2666/88 - NE nº 142/88-GAG e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, relevando a falha apontada na instrução, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 3106/88 - Balancete desta Corte, relativo ao 3º trimestre do corrente ano.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento e determinou a baixa do processo à 1a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 3235/88 - Ofício nº 373/88-GAB/FZ, através do qual a Fundação Zoobotânica do DF solicita prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, para a entrega do balancete referente ao 3º trimestre de 1988;

PROCESSO Nº 3292/88 - Ofício nº 1408/88-DAF/PRES, através do qual a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil solicita prorrogação de prazo, até 30.11.88, para a entrega do balancete referente ao 3º trimestre/88.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, decidiu considerar prorrogados os prazos, na forma solicitada.

PROCESSO Nº 3297/88 - Ofício nº 237/88-PRESI, através do qual o BRB - Banco de Brasília S/A solicita prorrogação de prazo para a entrega do balancete relativo ao 3º trimestre do corrente exercício.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu considerar prorrogado o prazo até 15.12.88.

PROCESSO Nº 1084/87 - Convênio nº 026/87 celebrado entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Segurança Pública do DF, e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento de documentos da Secretaria de Segurança Pública juntados aos autos, bem como do 2º, 3º, 4º, 5º e 6º termos aditivos ao ajuste; b) determinar diligência junto à Secretaria de Administração do DF para o fim indicado no referido voto a fls. 72.

PROCESSO Nº 2354/87 - Contrato nº 1722/87 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma ENGESOLO - Engenharia S/A. Aos autos juntou-se expediente da CAESB (Ofício de nº 224/88-PRES e anexo) dando conta do atendimento de diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do citado expediente e considerar cumprida a diligência; b) determinar o arquivamento do processo, por estar encerrado o ajuste.

PROCESSO Nº 1273/88 (apensos: processos de nºs. 0352/88 e 1535/88) - NE nº 497/87-SEF e outras. Aos autos juntou-se o O.I. nº 512/88-GAB-SEF, pelo qual a Secretaria de Finanças do DF presta esclarecimentos em atendimento a diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos esclarecimentos; b) solicitar nova audiência da Procuradoria-Geral sobre a matéria indicada no referido voto a fls. 42.

PROCESSO Nº 1397/88 - Relatório de inspeção especial realizada junto à Secretaria de Serviços Públicos do DF para apurar a veracidade de denúncias sobre irregularidades na execução do Programa de Renovação de Frota e Melhoria e Expansão dos Serviços, instituído junto ao Caixa Único de Transportes Coletivos. Aos autos juntaram-se expedientes da Secretaria de Serviços Públicos (Ofícios de nºs. 122 e 123/88-GAB-SSP), prestando informações e solicitando prorrogação de prazo para cumprimento de determinação da Corte, bem como documentos do Sindicato das Empresas de Transportes de Passageiros e das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passageiros do Distrito Federal.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento e decidiu conceder à Secretaria de Serviços Públicos prorrogação de prazo, por mais 30 (trinta) dias, para o cumprimento da diligência ordenada pela Corte através do Ofício GP nº 949/88.

PROCESSO Nº 3485/85 (apensos: processos de nºs. 2614/86 e 2227/87) - Convênio nº 109/85 celebrado entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Serviços Públicos do DF, e a Companhia de Água e Esgotos de Brasília. Aos autos juntou-se expediente da CAESB (Ofício nº 195/88-PRES e anexos) prestando esclarecimentos em atendimento a diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, por maioria, de acordo com o voto do Relator (fls. 558-562), decidiu: a) acolher os esclarecimentos oferecidos pela CAESB e considerar satisfatoriamente cumprida a diligência; b) considerar razoável a inclusão do item 3.4.1 da Cláusula Terceira dos Contratos de nºs. 1739 e 1740/87, pela obrigatoriedade de reajustes mensais, determinada no Edital da CI nº 001/87 e suporte no Decreto-lei nº 2.322/87, com o pagamento de faturas condicionado à data de sua apresentação; c) considerar regular o pagamento de reajustes de preços de instalações, trabalhos preliminares e de limpeza de canteiro de obra porque a CAESB foi compelida, pelo agente financiador, a seguir mandamento da Administração Pública Federal. E coerente o entendimento da CEF porque o Decreto-lei nº 2.322/87 figurava no Edital e, não revogado no interregno, deveria constar dos contratos; d) determinar à CAESB que modifique a redação da Cláusula Quarta dos Contratos de nºs. 1.739 e 1.740/87 para consignar que os reajustes ali previstos são regulados pelo Decreto-lei nº 2.322/87, e não pelo Decreto local nº 10.349/87, ajustando-se, assim, ao Edital e à exigência do agente financiador (CEF).(A requerimento do Relator, vão publicados em anexo à presente ata seu voto de fls. 558-562 e o primeiro voto de fls. 504-517, bem como o parecer da Procuradoria-Geral de fls. 528-535.) Vencido parcialmente o Conselheiro FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, à vista das razões contidas no seu voto de fls. 519-526, que, a requerimento seu, também vai publicado em anexo à ata.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ EDUARDO BARBOSA

PROCESSO Nº 0618/76 - Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor WELLINGTON DA SILVA CRUZ.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal a revisão, para fins de registro.

PROCESSO Nº 0895/88 - Aposentadoria do servidor DIVALDO UNA DA ROCHA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria.

PROCESSO Nº 2461/88 - NE nº 101/88-ACSNB;
PROCESSO Nº 2589/88 - NE nº 111/88-SVO e outras;
PROCESSO Nº 2674/88 - NE nº 057/88-SAP e outras;
PROCESSO Nº 3023/88 - NE nº 124/88-RA-VI e outra;
PROCESSO Nº 3029/88 - NE nº 206/88-SOF-SEA;
PROCESSO Nº 3032/88 - NE nº 153/88-RA-III;
PROCESSO Nº 3261/88 - NE nº 068/88-SC e outras;
PROCESSO Nº 3301/88 - NE nº 324/88-CBDF e outras.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 2607/88 - Contrato nº 042/88 celebrado entre as Centrais de Abastecimento do Distrito Federal e a firma Politec Limitada.- O Tribunal determinou diligência preliminar, a ser cumprida no prazo de 20 (vinte) dias, para os fins indicados no voto do Relator a fls. 12.

PROCESSO Nº 2758/88 - Ata da 55a. reunião e outras, da BRB - Crédito, Financiamento e Investimento S/A;

PROCESSO Nº 2759/88 - Ata da 55a. reunião e outras, da BRB - Companhia Nacional de Serviços;

PROCESSO Nº 3117/88 - Ata da 564a. reunião e outras, da Fundação Educacional do Distrito Federal.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, relevando as falhas apontadas na instrução, tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2828/88 - NE nº 071/88-SEP e outras.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 2936/88 - Ata da 68a. reunião e outras, da Companhia Imobiliária de Brasília;

PROCESSO Nº 3086/88 - Atas das 899a. a 903a. reuniões da Junta de Controle do Departamento de Trânsito do Distrito Federal.

- O Tribunal, tomando conhecimento, determinou a baixa dos processos à 2a. Inspetoria de Controle Externo para os fins indicados nos votos do Relator.

PROCESSO Nº 2937/88 - Ata da 1896a. reunião e outras, da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil;

PROCESSO Nº 3091/88 - Contrato nº 720/88 e outros, celebrados entre a Fundação Zoobotânica do DF e diversos;

PROCESSO Nº 3092/88 - Contrato nº 030/88 e outro, celebrados entre a Fundação Hospitalar do DF e diversos.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos às competentes Inspetorias de Controle Externo, para os devidos fins.

RELATADOS PELO AUDITOR OSVALDO RODRIGUES

PROCESSO Nº 0272/83 (apenso: processo nº 2206/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado no Centro de Ensino de 1º Grau 06 de Taguatinga;

PROCESSO Nº 0245/88 (apenso: processo nº 1977/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem, verificado na Escola-Classe 35 de Ceilândia;

PROCESSO Nº 0890/88 (apenso: processo nº 1897/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado na Escola-Classe 39 de Ceilândia;

PROCESSO Nº 1024/88 (apenso: processo nº 1976/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem, verificado no Centro de Ensino 01 do Guará;

PROCESSO Nº 1041/88 (apenso: processo nº 1978/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado no Centro de Ensino Especial 01 de Taguatinga;

PROCESSO Nº 1157/88 (apenso: processo nº 2027/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado no Centro Educacional 02 de Ceilândia.

- O Tribunal, de acordo com as propostas do Relator, decidiu enviar os processos à Procuradoria-Geral, solicitando os competentes pareceres.

PROCESSO Nº 1926/86 (apenso: processo nº 2715/86) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Zoobotânica do DF para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo de nº 073-007453/85. Aos autos juntou-se o O.I. nº 349/88-GAB/FZ, pelo qual a Fundação Zoobotânica solicita que lhe seja encaminhado o processo nº 2715/86-TCDF, a fim de que possa cumprir determinação da Corte.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, acolhendo o pedido, autorizou o envio do processo àquela entidade.

PROCESSO Nº 2455/86 (apenso: processo nº 3188/86) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Hospitalar do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado na Unidade de Pediatria do Hospital Regional de Sobradinho.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, já comprovado o ressarcimento integral do débito, considerou a servidora indicada a fls. 32 quite com a Fundação Hospitalar, determinando o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 0070/87 (apenso: processo nº 2572/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação do Serviço Social do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem, verificado no Centro de Educação, Integração e Apoio ao Menor e Família.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) tomando conhecimento das providências adotadas pela Fundação do Serviço Social (fls. 64-68 do processo apenso), considerar cumprida a diligência ordenada através do Ofício GP nº 905/88; b) determinar a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo para o fim indicado na referida proposta a fls. 44.

PROCESSO Nº 0393/87 (apenso: processo nº 2885/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Zoobotânica do DF para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo de nº 073-000540/87. Aos autos juntou-se o O.I. nº 384/88-GAB/FZ, pelo qual a Fundação Zoobotânica solicita que lhe seja encaminhado o processo nº 2885/87-TCDF, a fim de que possa cumprir determinação da Corte.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, acolhendo o pedido, autorizou o envio do processo àquela entidade.

PROCESSO Nº 3104/87 (apenso: processo nº 0581/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação do Serviço Social do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado no Centro de Educação, Integração e Apoio ao Menor e Família.- O Tribunal determinou diligência preliminar, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados na proposta do Relator a fls. 28.

PROCESSO Nº 3126/87 (apenso: processo nº 2729/88) - Relatório de inspeção programada levada a efeito na Fundação Cultural do DF para verificar a regularidade de atos e fatos ligados à administração financeira e patrimonial, de acordo com o GIPLAN/87. Aos autos juntou-se expediente da Secretaria da Cultura (O.I. nº 235-A/88-GAB-SC, acompanhado de documentação) dando conta do atendimento da diligência ordenada na sessão de 05.05.88.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) tomando conhecimento do citado expediente, relevar as falhas apontadas na instrução e dar por cumprida a diligência; b) considerar multado em 01 (hum) MVR o responsável pelas falhas observadas nos procedimentos a que se referem os processos de nºs. 3355/86 e 4343/86-FCDF — multa, aliás, já recolhida; c) fazer à entidade as recomendações indicadas nas alíneas c e d da referida proposta a fls. 195. Decidiu, mais, o Tribunal, em relação ao apenso processo nº 2729/88, tomar conhecimento do ofício de fls. 01 e da cópia do Relatório de Auditoria nº 009/88-DPA/SEF, que o acompanha, devolvendo os autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para acompanhar o resultado das apurações que ali se noticiam.

PROCESSO Nº 0252/88 (apenso: processo nº 1776/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Hospitalar do DF para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo de nº 061.042507/87.- O Tribunal determinou diligência preliminar, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados na proposta do Relator a fls. 12.

PROCESSO Nº 0253/88 (apensos: processos de nºs. 061.009791/87 e 061.027223/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Hospitalar do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado no Centro de Saúde nº 07 de Brazlândia. Aos autos juntou-se o O.E. nº 374/88-GAB/PRES, pelo qual a Secretaria de Saúde dá conta do atendimento de diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) tomando conhecimento do citado expediente, considerar cumprida a diligência; b) ter por improcedentes as alegações da servidora indicada a fls. 08, devolvendo à Fundação Hospitalar o seu apenso processo nº 061.009791/87; c) determinar o encaminhamento do apenso processo nº 061.027223/87 (FHDF) à Secretaria de Finanças, para receber o competente certificado de auditoria.

PROCESSO Nº 0343/88 (apenso: processo nº 2112/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação do Serviço Social do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado no Centro de Educação, Integração e Apoio a Menores e Família.- O Tribunal determinou diligência preliminar, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados na proposta do Relator a fls. 30.

PROCESSO Nº 1020/88 (apenso: processo nº 2113/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação do Serviço Social do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado no Gabinete Odontológico do Centro de Educação, Integração e Apoio a Menores e Família.- O Tribunal determinou diligência preliminar, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados na proposta do Relator a fls. 29-30.

PROCESSO Nº 1676/88 (apenso: processo nº 1975/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Hospitalar do DF para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo de nº 061.000487/87.- O Tribunal, ao tomar conhecimento do resultado das apurações, determinou diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para o fim a que se refere a proposta do Relator a fls. 14.

PROCESSO Nº 2294/88 - NE nº 527/88-SEP e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto verbal do Conselheiro FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE, tendo em conta o deliberado pela Corte no processo nº 1179/88, apreciado na sessão de hoje, decidiu: a) tomar conhecimento e considerar correta a classificação das despesas; b) relevar excepcionalmente a falha apontada e dispensar que se determine a sanção proposta pelo Relator a fls. 32.

PROCESSO Nº 2617/88, com o Ofício nº 965/88-SE, através do qual a Secretaria da Educação do DF solicita prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, para a entrega da tomada de contas especial instaurada para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 082.007009/88.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada na instrução, considerou prorrogado o

prazo, na forma solicitada — fazendo-se à entidade a recomendação indicada na referida proposta a fls. 08.

PROCESSO Nº 2701/88, com o Ofício nº 865/88-SE, através do qual a Secretaria da Educação do DF solicita prorrogação de prazo para a entrega da tomada de contas especial instaurada para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 082.006765/88.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu considerar prorrogado até 31.12.88 o prazo para a entrega da tomada de contas especial.

RELATADOS PELO AUDITOR FRANCISCO MARTINS BENVINDO

PROCESSO Nº 1697/86 (apenso: processo nº 0918/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Hospitalar do DF para apurar irregularidades na Divisão de Transporte e Telecomunicações;

PROCESSO Nº 1425/87 (apenso: processo nº 3180/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado no Centro Educacional de Taguatinga Sul;

PROCESSO Nº 1764/87 (apenso: processo nº 3000/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação do Serviço Social do DF para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 101.001474/87;

PROCESSO Nº 2299/87 (apenso: processo nº 3608/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Hospitalar do DF para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo de nº 061.005287/87;

PROCESSO Nº 2925/87 - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Zoobotânica do DF para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 73.000081/85;

PROCESSO Nº 3407/87 - Tomada de contas especial realizada pela Secretaria de Segurança Pública do DF para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 050.000286/87;

PROCESSO Nº 2011/88 - Tomada de contas do agente de material da Administração Regional de Planaltina, referente ao exercício de 1987.

- O Tribunal, de acordo com as propostas do Relator, decidiu enviar os processos à Procuradoria-Geral, solicitando os competentes pareceres.

PROCESSO Nº 1885/85 (apenso: processo nº 3677/85) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem, verificado no Centro de Estudos Supletivos da Asa Sul.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, determinou a citação, nos termos do art. 56 do Ato Regimental nº 9/80, da servidora nominada a fls. 54 para apresentar defesa cu, querendo, recolher, desde logo, o valor atualizado do débito que lhe é imputado nos autos.

PROCESSO Nº 1364/88 - Tomada de contas especial realizada pelo Serviço Autônomo de Limpeza Urbana para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado na Gerência de Destino de Resíduos Sólidos.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, determinou a citação, nos termos do art. 56 do Ato Regimental nº 9/80, do servidor nominado a fls. 86 para apresentar defesa ou, se preferir, recolher, desde logo, em valor atualizado, o débito que lhe é imputado nos autos.

PROCESSO Nº 1542/87 - Tomada de contas especial realizada pela Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo 030.010111/86. Aos autos juntou-se o Ofício nº 0020/88-PRESI, pelo qual a CODEPLAN solicita prorrogação de prazo para atendimento de determinação da Corte.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu considerar prorrogado por 90 (noventa) dias o prazo solicitado, que expirará em 30.01.89.

PROCESSO Nº 1702/87 (apenso: processo nº 3322/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens. Aos autos juntou-se defesa apresentada pelo servidor indicado a fls. 24 quanto ao débito que lhe foi imputado no processo.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu: a) tomar conhecimento da defesa apresentada para, no mérito, dar-lhe provimento; b) em conseqüência, determinar a respectiva baixa na responsabilidade inscrita a fls. 48 (processo apenso).

PROCESSO Nº 2074/88, com o Ofício nº 406/88-PRESI, através do qual a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para a entrega da tomada de contas especial instaurada para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 072-000066/88.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada na instrução, decidiu considerar prorrogado o prazo, na forma solicitada.

PROCESSO Nº 2076/88, com o Ofício nº 407/88-PRESI, através do qual a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para a entrega da tomada de contas especial instaurada para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo de número 072-000067/88;

PROCESSO Nº 2439/88, com o Ofício nº 608/88-PRESI, através do qual a Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para a entrega da tomada de contas especial instaurada para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 075-000180/88.

- O Tribunal, de acordo com as propostas do Relator, decidiu considerar prorrogados os prazos, na forma solicitada.

Encerrada a fase de julgamento de processos, o Conselheiro FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE fez um breve relato de sua participação, na qualidade de Secretário Executivo do Centro de Coordenação dos Tribunais de Contas do Brasil, no Seminário comemorativo dos 20 anos de criação do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, nas reuniões, em São Paulo, da comissão incumbida da elaboração de um texto básico destinado às Assembléias Estaduais Constituintes e do Conselho Dirigente do CCTCB, bem como deu informações a respeito dos entendimentos mantidos com o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, com a FADI e com o representante do Banco Mundial, objetivando a realização de novo Seminário específico em Auditoria Governamental.

Às 17:00 horas, de acordo com o art. 43 do Regimento Interno, o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu, ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procurador-Geral.

FREDERICO AUGUSTO BASTOS
GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
JOSÉ EDUARDO BARBOSA
OSVALDO RODRIGUES
FRANCISCO MARTINS BENVINDO
LINCOLN PINTO DA LUZ

VOTO proferido pelo Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS no processo nº 1179/88, cujo julgamento consta da ata da 2542a. Sessão Ordinária.

INTERESSADAS: DIVERSAS ENTIDADES DO COMPLEXO DO DISTRITO FEDERAL
ASSUNTO : PEDIDOS DE RECONSIDERAÇÃO DE DECISÃO DA CORTE.

Solicitei vista do processo, para melhor apreciar o assunto.

O Decreto nº 10.996, de 26/01/88, tem gerado dúvidas e controvérsias na sua aplicação.

Quando relatei o Proc. nº 0726/88, acompanhando o Corpo Instrutivo, tive o ensejo de ratificar o entendimento de que as despesas nas áreas médico- odontológico e hospitalares estavam dispensadas de licitação, nos termos do seu art. 30, embora elas não se enquadrassem nos ítens I a V, do citado artigo, entendendo-se que os ítens têm a natureza exemplificativa, pela expressão " em especial" constante do "caput" do art. 30.

Tal citação, neste momento, tem a finalidade de destacar a dificuldade em pacificar a matéria.

Li os autos, com a devida atenção, e fiquei convicto de que os pedidos de reconsideração merecem provimento.

Com efeito, não se pode interpretar o art. 29,XI , do Decreto nº 10.996/88 sem associá-lo com o seu § 1º .

O parágrafo afasta a concorrência de empresas privadas quando o fornecimento de bens ou a prestação de serviços foram feitos por órgão que integra a própria Administração.

Órgão está alí empregado no sentido de Entidade . Órgão, em sentido restrito, assume a caracteristica de unidade organizacional que nada fornece e, pelo contrário, só recebe, principalmente, do respectivo almoxarifado .

Salvo melhor juizo, a expressão "criadas para esse fim específico", do § 1º do art. 29 do Decreto nº 10.996/88, se refere a entidades paraestatais , pela concordância e pelo vocábulo de exclusão.

Ainda que se entenda contrariamente , a concordância com paraestatais, pela aproximação, mas abrangendo o órgão,"criado para esse fim específico" está relacionado com o objeto de comercialização e não como fonte abastecedora exclusiva da Administração. É ilógico admitir a criação de órgão com a finalidade exclusiva de fornecer bens ou serviços à Administração que o instituiu .

Embora meu entendimento pessoal seja o de que a SAB e outros órgãos públicos devam concorrer em igualdade de condições com a iniciativa privada, a legislação específica, ainda, ampara tais entidades, desde que elas integrem a estrutura da própria administração (grifei).

Fiquei, reafirmo, convicto de que a decisão da Corte deve ser reconsiderada .

Discordo, porém, do ilustre Relator quando propõe a reconsideração em caráter excepcional.

A dispensa de licitação está firmada em termos regulamentares que, diga-se de passagem, guardam absoluta conformidade com o Decreto -lei nº 2.300/86, que dispõe da mesma forma (art. 22, ítem x, parágrafo único).

O regulamento copiou termos do Decreto-lei nº 2.300/86 / sem a preocupação de manter procedimento anteriormente adotado no Governo do Distrito Federal .

Discordo, também, do Relator quando restringe a dispensa de licitação a gêneros alimentícios perecíveis.

A dispensa de licitação a que se refere o art. 29,XI, §1º, do Decreto nº 10 996, de 26.01.88, não sofre restrição de qualquer espécie , de valor pecuniário ou de produto.

Produtos perecíveis têm tratamento especial, conferido a centro de abastecimento , o que não é o caso dos autos.

Finalmente, face à promulgação da nova Carta Magna, alguns conceitos sob o enfoque do controle terão que ser revistos, forçosamente , propiciando, no futuro, reexame da matéria, principalmente no que se refere ao mérito e à oportunidade da despesa.

Voto , diante de todo o exposto, no sentido de que o Egrégio Plenário :

a) conheça dos diversos pedidos de reexame da matéria,para, no mérito , provê-los, reconsiderando, assim, a decisão de 31/05/88/GF Circular nº 722/88-GP; e

b) determine, em consequência, a expedição de correspondência aos órgãos arrolados às fls 30, informando que as

> aquisições feitas à SAB, de qualquer natureza, mas de sua comercialização, estão dispensadas de procedimento licitatório, nos termos do art. 29, ítem XI, § 1º.do Decreto nº 10.996, de 26. 01.88.

Brasília, 06 de outubro de 1988.

FREDERICO AUGUSTO BASTOS
Conselheiro

DECLARAÇÃO DE VOTO proferida pelo Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS no processo nº 1179/88, cujo julgamento consta da ata da 2542a. Sessão Ordinária.

A dispensa de licitação, em favor da SAB, pelos diversos órgãos do Distrito Federal, com base no art. 29, XI, combinado com o seu § 1º, do Decreto nº 10.996, de 1988, vem sendo objeto de questionamentos, com diversas interpretações e soluções alternativas.

A Corte, em Sessão de 31/05/88, decidiu que a aquisição de produtos comercializados pela SAB deve ser precedida de licitação, descabendo a sua dispensa, nos termos do Decreto nº 10.996, inciso XI.

Diversos órgãos recorrem à Corte, entendendo que as aquisições feitas à SAB estão isentas de licitação, por força do § 1º do art. 29 do Decreto nº 10.996/88.

O digno Inspetor da 1ª ICE, às fls. 49/50, sugere ao Egrégio Plenário a exclusão do Gabinete do Governador da exigência de procedimento licitatório, naturalmente pela exploração política advinda da divulgação de gastos com mordomia.

Já o ilustre Relator, Dr. Francisco Martins Benvindo, propõe que a Corte reconsidere a sua decisão de 31/05/88, permitindo a aquisição de gêneros alimentícios perecíveis, para pessoas e animais, com dispensa de licitação.

As proposições acima, ambas, estão revestidas de excepcionalidade. A norma legal deve ser interpretada de modo uniforme, para todos os órgãos do DF, sem exceção, desta ou daquela Entidade ou de produtos comercializados.

Resta decidir, pois, se cabe ou não a dispensa de licitação em aquisições feitas à SAB, por órgãos do Distrito Federal, com suporte no Decreto local nº 10.996/88 (art. 29, combinado com o seu § 1º).

Em pedido de vista, tive o ensejo de pronunciar-me sobre a matéria propondo que a Corte acolhe-se os inúmeros pedidos de reexame e, no mérito, reconsiderasse a decisão de 31/05/88.

Em tramitação posterior, colheu-se o pronunciamento da Procuradoria-Geral junto à Corte, contrária aos provimentos dos pedidos de reconsideração. Em igual sentido, manifesta o ilustre Conselheiro Fernando Tupinambá Valente.

Continuo entendendo que "para esse fim específico" significa desde que a entidade tenha sido criada para o fornecimento dos bens ou a prestação dos serviços que se pretende obter, como define o ilustre Procurador-Geral junto à Corte, na compreensão menos restritiva.

A norma legal procura coibir um freqüente abuso: aquisição, com ou sem dispensa de licitação, de bens estranhos à atividade da estatal, que culminava, até recentemente, em contratação indireta de mão-de-obra. Maior quantidade de estatal, maior flexibilidade administrativa.

Não imagino a criação de órgãos para fornecimento exclusivo de bens à Administração Pública. O SERPRO, sempre lembrado, foi instituído para atender **preferencialmente** (e não exclusivamente) ao Ministério da Fazenda, no campo de informática. Atua, em todo o Brasil, não só nos encargos fiscais do M. da Fazenda, como também atende aos demais órgãos públicos federais, estaduais, municipais e D. Federal, com incursões na iniciativa privada.

Única exigência regimental: preferência ao atendimento dos encargos do Ministério da Fazenda.

Com a devida vênia daqueles que esposam entendimento contrário, mantenho o voto de fls. 59/61.

FREDERICO AUGUSTO BASTOS
Conselheiro

VOTO proferido pelo Conselheiro FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE no processo nº 1179/88, cujo julgamento consta da ata da 2542a. Sessão Ordinária.

Relatado pelo ilustre Auditor Francisco Martins Benvindo, o processo já esteve com vista para o insigne Conselheiro Frederico Bastos, que na sessão do dia 06 de outubro último apre

sentou o seu voto, fls. 59/61, oportunidade em que pedi vista da matéria.

2. Enfim, na sessão de 18.10.88 o Eg. Plenário, com base em proposição que patrocinei naquela assentada, decidiu solicitar a audiência do douto Ministério Público, cujo parecer, de lavra do seu preclaro titular Doutor Lincoln Pinto da Luz, contempla em sua ementa o entendimento de que "entre os entes paraestatais somente aqueles criados para o fim específico, mas não necessariamente, de fornecer bem ou prestar serviços à própria Administração serão beneficiários da dispensa de licitação estabelecida no § 1º do art. 29 do Decreto nº 10.996/88".

3. Depreende-se, a partir daí, que a conclusão acima referida guarda consonância com o entendimento da Corte, que agora se pretende ver reconsiderado.

4. Como revela o exame de todo o processo, inclusive daquele que lhe acha apensado, boa parte das Unidades Orçamentárias destinatárias do OF.-CIRCULAR 722/88, por razões quase sempre coincidentes, vêem inconvenientes no entendimento da Corte a propósito das aquisições de produtos comercializados pela SAB, com dispensa de licitação, com base nas disposições do art. 29, § 1º do decreto nº 10.996/88.

5. Reforça-me, a partir do parecer do nosso ilustrado Procurador-Geral, o entendimento de que a SAB não é efetivamente, destinatária da exceção prevista no já referido § 1º do art. 29 do decreto nº 10.996/88. Não há, de conseqüência, razão para que este Eg. Tribunal reformule o seu vigente entendimento para que a Administração possa adquirir daquela empresa, produtos de sua linha de comercialização, com dispensa de licitação.

6. Mesmo convencido das vantagens para a Administração, até certo ponto, nas aquisições centralizadas na SAB, como tive oportunidade de externar em inúmeras oportunidades neste Plenário, não vejo como aderir à tese defendida pelo Conselheiro Frederico Augusto Bastos.

7. Diante do exposto, pondo-me de acordo com o nosso douto Ministério Público, voto no sentido de que este Eg. Plenário, tomando conhecimento dos diversos pedidos de reexame da matéria para, no mérito negar-lhes provimento, determine o arquivamento dos autos.

Restituo o processo à Presidência para prosseguimento.

Brasília, 17 de novembro de 1988

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
Conselheiro

VOTO proferido pelo Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS no processo nº 3485/85, cujo julgamento consta da ata da 2542a. Sessão Ordinária.

INTERESSADA: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB

ASSUNTO: RECUPERAÇÃO DO LAGO PARANOÁ

RELATÓRIO

O processo traduz uma polêmica, envolvendo os meios de comunicação, a população e autoridades.

A condução do tema, pela sua importância para a vida dos brasilienses, reclama serenidade de toda a coletividade, principalmente dos homens públicos, na defesa dos interesses do Distrito Federal.

A ninguem é lícito negar a importância do Programa de Recuperação do Lago Paranoá, para a cidade de Brasília, consistindo, principalmente, nas adaptações e ampliações das atuais Estações de Tratamento de Esgotos, saturadas em termos de capacidade de tratamento, sofrendo despejo, inclusive, de esgoto sanitário, na forma bruta, com conseqüentes riscos para a saúde pública.

É importante destacar que o Governo do Distrito Federal deu seqüência ao Programa de Recuperação do Lago Paranoá, iniciado em administrações anteriores, sujeitando-se a polêmicas, mas dando exemplo de que mudança na órbita governamental não deve dar ensejo a paralisação de projetos já iniciados, se revestidos de fundamental importância para a comunidade, como no presente caso.

Com o objetivo de analisar cada ponto controvertido, retorno sucintamente ao meu voto de fls. 357/363, acrescido de questionamento suscitado em data posterior.

ALTERNATIVAS DE DESPOLUIÇÃO DO LAGO PARANOÁ

Parece-me absolutamente correta a eleição da alternativa 1, **com tratamento terciário**, em detrimento à de nº 2, **com exportação e tratamento**, pelas razões expostas às fls. 358/359, acolhidas pelo Egrégio Plenário, em Sessão de 03/11/87.

A escolha da alternativa 1 foi feitapela SEPLAN, através do OF/SG/05/85, de 20/02/85, em resposta ao OF. nº 088/85-GAG de 05/02/85, do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, da época, adequando-se às condições para o financiamento do programa.

CONCORRÊNCIA INTERNACIONAL

a) Divulgação

Em Sessão de 03/11/87, o Egrégio Plenário houve por bem solicitar à CAESB maiores esclarecimentos sobre a divulgação da C.I. nº 01/87.

A Entidade, às fls. 52/53 do Volume XXI, em apenso, afasta qualquer dúvida quanto à alegação de pouca divulgação da CI nº 01/87, com indicação das datas de sua publicação nos Diários Oficiais da União e do Distrito Federal, além de utilizar-se de outros meios para ampliar a área de competição. Junta, inclusive, cópias de publicações.

Fica afastada, assim, qualquer dúvida referente à pouca divulgação da CI nº 01/87.

b) Adiamento da licitação

A Construtora Tratex S.A. solicitou adiamento da licitação, para que pudesse apresentar a sua proposta.

Consoante decisão desta Corte, Sessão de 03 de novembro de 1987, inexiste irregularidade na recusa de adiamento da licitação por parte da CAESB, porque a igualdade entre as concorrentes está, também, na obediência ao prazo fixado pela Administração Pública, tratando-se de prática normal em licitação que objetiva evitar o favorecimento de partes interessadas.

c) Possibilidade de revogação pela ausência do RIMA

A dúvida até então existente sobre a necessidade ou não do RIMA deixou de existir. O Relatório de Impacto do Meio Ambiental foi devidamente elaborado e, aprovado, expedidas as licenças para as obras, pelas autoridades competentes (fls. 28/29 do Volume XXI, em apenso);

d) Divulgação antecipada pela imprensa, do resultado da concorrência

A CAESB apresenta, às fls. 97/100, diversas considerações sobre a publicação do Jornal de Brasília, de 26/08/87, divulgando o resultado da CI nº 01/87, através de artifícios.

A publicação é atribuída a grupos radicais que, na época, procuravam criar condições desfavoráveis ao aproveitamento da C.I. nº 01/87.

A Entidade, com a publicação do Correio Braziliense, de 28/08/87, deu-se por satisfeita, entendendo tratar-se de "uma trama sórdida, urdida nos subterrâneos por pessoas inescrupulosas, que se valem dos meios mais escusos para desacreditar não só a CAESB, mas o Governo do Distrito Federal com um todo".

Tenho que a Corte não pode acólher a denúncia, formulada em código, ainda mais que foi posteriormente contestada por outro diário local. É provável que terceiros, contrariados em seus interesses, procuravam alcançar a anulação da CI nº 01/87.

RECOLHIMENTO DE FIANÇA

A CAESB anexou, às fls. 25 do volume XXI, em apenso, a Guia de Recolhimento feita pela SERVENG - CIVILSAN S.A. da caução prevista no item 24 do Edital da CI-01/87.

Atendida, pois, a diligência da Corte.

CUSTO

Há 02 (dois) enfoques a serem apreciados, no tocante ao custo da obra:

a) o relacionado ao orçamento geral do programa, mediante comparação entre as licitações de 1983 e de 1987; e

b) o maior ônus decorrente da ETE/Norte que, embora, de menor porte, supera o custo da ETE/Sul.

a) Comparação econômica entre as CI's 001/83 e 001/87

A comparação econômica entre as 02 (duas) CI's se constitui em tarefa árdua e intrincada, com inúmeras dificuldades de ordem conceitual e metodológica.

O mero tratamento do problema através da aplicação linear dos índices de preços disponíveis - alguns deles, administrados - é inadequado e certamente conduzirá a conclusões temerárias.

A de 1983 objetivava a simples aquisição de equipamentos, enquanto a de 1987, com escopo mais ampliado, conforme consta do Volume XXI, em anexo, procurava dotar o Distrito Federal de 02 (duas) ETE's em perfeitas condições de operação industrial, com responsabilidade de desempenho imputada totalmente aos contratados.

A imperiosa urgência da implantação do Programa de Recuperação do Lago Paranoá e a necessidade de afastar qualquer possibilidade de riscos quanto à perfeita operação industrial do projeto, parece-me justificar o emprego da modalidade "turn key" na licitação de 1987.

Diga-se, de passagem, que há uma relação direta entre o custo da CI nº 01/87 e o emprego da modalidade "turn key": risco total por conta dos contratados, inclusive durante 06 meses de operação, após a entrega da obra. E se a Entidade confessa que não dispunha de capacitação gerencial para administrar o projeto, não há como deixar de acolher o emprego da modalidade "turn key" e, em conseqüência, com maior ônus, pelos riscos assumidos pelos contratados.

Percebo, aqui, a preocupação da CAESB em evitar, mediante a modalidade "turn key", o problema ocorrido, em época não muito remota, no próprio Distrito Federal, com um projeto de certa envergadura que, após concluído, deixou a desejar na fase de operação industrial.

Destaco, como relevante, o fato de que o projeto é constituído, em sua maioria, por equipamentos não seriados, comprados por encomenda para finalidade específica, não susceptíveis ao controle governamental de preços, em parte de origem externa.

A soberania nacional não se sobrepõe à soberania dos paises de origem dos bens.

Em obra de grande porte - e consta que esta é a maior desde a construção de Brasília - é dificil a avaliação precisa de seu custo, a exemplo da Ponte Rio-Niterói, Itaipu, etc. Neste caso, só foi possível graças à existência de um parâmetro: a CI-1/83. Mas é claro, conforme demonstrado, a diferença entre as duas CI's.

Não estando convicto de que há disparates de preços na análise comparativa das 02 (duas) CI's, considero como razoável o custo da CI-1/87, porque não caracterizado vício no processo licitatório, cujo resultado, até prova contrária, reflete a formação de preços de mercado.

b) ETE/Norte e ETE/Sul

Outro ponto polêmico de grande repercussão se refere à diferença entre o valor contratado para a adaptação e ampliação da ETE/Norte e a ETE/Sul. A primeira, de menor porte, foi contratada em valor superior à segunda, de maior porte.

De acordo com o esclarecimento adicional prestado pela CAESB, através do O.E. nº 210/88-SPOB, ora anexado aos autos, a ETE/Sul ficou dispensada, na CI-1/87, dos serviços de terraplenagem das plataformas, executadas anteriormente pelo Contrato nº 1.522/86.

Os serviços de terraplenagem da ETE/Sul importaram em Cz$ 24.609.904,00 que, atualizados até junho/87, época da CI-1/87, correspondem a Cz$ 135.838.011,00.

Em decorrência:

ETE/NORTE ..... Cz$ 2.314.390.228,27

ETE/SUL

Valor do Contrato	Cz$ 2.292.031.757,00
Terraplenagem executada ..	Cz$ 135.838.011,00
Total	Cz$ 2.427.869.768,00

Verifica-se, pois, que a ETE/Sul apresenta custo maior do que a ETE/Norte, independentemente da afirmativa de que, no que se refere a fornecimento de equipamentos para a ETE/Sul, a CAESB obteve, na CI-1/87, a redução de **Cz$ 122.945.893,00** (Cz$ 1.323.151.265,00 - Cz$ 1.200.205.372,00). Se computada a redução, a ETE/Sul passaria ao custo aparente de Cz$ 2.550.815.661,00, superior, ainda mais, ao da ETE/Norte.

Não há, pois, como se considerar ilegal a despesa relativa ao Contrato nº 1.470/87, sob o fundamento de que apresenta preços excessivos ou manifestamente inexeqüíveis (art. 38, II, do Decreto-lei nº 2.300/86).

CORREÇÃO MONETÁRIA

As cláusulas terceiras, subitens 3.4.1. dos Contratos nºs 1739 e 1740/87, determinam o pagamento das

faturas com correção monetária, se efetuado fora do prazo previsto, ou seja, após 30 (trinta) dias corridos a contar da data de aprovação da respectiva medição (item 3.4).

A instrução propõe que a cláusula, comum aos 02 contratos, seja considerada não escrita por ilegal, e por não constituir condição prevista no Edital.

Trata-se, segundo penso, de uma questão muito delicada.

O Edital não consignou diretamente correção monetária, na situação descrita, mas indiretamente permitiu, ao estabelecer que o pagamento seria sempre efetuado 30 (trinta) dias após a entrega da fatura na CAESB (medição). Implicitamente admitiu, com o reforço do advérbio sempre, a incidência da correção monetária sobre os pagamentos após esse prazo, já que, a partir do trigésimo primeiro dia, a contratada, pela inadimplência, poderia ajuizar ação de cobrança, com força executiva (item 3.4 do Edital).

O certo é que não posso considerar a cláusula como não escrita, se implicitamente constava do Edital.

E se o Edital é a **lei interna da concorrência**, consoante a jurisprudência do País, é fora de dúvida que a Administração está obrigada a reajustar os valores das faturas, se pagas após 30 dias, a contar da medição. A dúvida: espontâneamente ou acionada pelo Poder Judiciário?

O mais correto, no entanto, seria a parte prejudicada recorrer ao Poder Judiciário e, aí sim, obter a correção monetária, com amparo na Lei nº 6.899, de 08/04/81.

Os efeitos dos subitens 3.4.1 dos Contratos nºs 1.739 e 1.740/87 podem ser anulados, se a CAESB cumprir religiosamente o prazo estabelecido no item 3.4.

Em se tratando de obra de grande vulto e considerando que as contratadas já adquiriram provável direito à correção monetária, dentro do **princípio de vinculação ao edital**, embora em confronto com legislação, **se reconhecido espontaneamente pela Administração**, deve-se anular os efeitos dos subitens 3.4.1, mediante recomendação à CAESB para que observe, sempre, o disposto no item 3.4, ou seja, pagamento das faturas dentro do prazo de 30 (trinta) dias após a medição.

REAJUSTAMENTO DE CANTEIRO E SERVIÇOS PRELIMINARES

O Decreto nº 10.349, de 28/04/87, não se aplica às licitações e aos contratos instaurados e assinados anteriormente à sua vigência (art. 11).

No caso presente, por ocasião da expedição do mencionado decreto, o edital já se encontrava publicado e seus termos e condições ficaram excluídos da incidência das disposições do referido Decreto nº 10.349/87.

Surge, porém, um obstáculo: a CAESB incluiu a Cláusula Quarta, com o reajuste obedecendo à formula e aos parâmetros do art. 1º do Decreto nº 10.349/87.

Semelhante procedimento contraria o art. 11 do referido decreto que determina reajustes na forma estabelecida pelos Decretos nºs 94.042, de 18/02/87, e 94.233, de 15/04/87.

Há, neste particular, uma aparente contradição: utiliza-se da faculdade do art. 11 do Decreto nº 10.349/87 para pagamento de fatura de reajustamento sobre instalações, trabalhos preliminares e de limpeza de canteiro de obras, mas se desconhece dos seus termos, para efeito de adoção de critérios de reajustes do art. 1º do mencionado regulamento.

De duas alternativas, uma só a ser escolhida:

a) pagamento de reajuste sobre instalações, trabalhos preliminares e de limpeza de canteiro de obras, com o reajuste do contrato com base nos Decretos nºs 94.042, de 18/02/87, e 94.233, de 15/04/87 (inaplicabilidade do Decreto nº 10.349/87, art. 11); e

b) aplicação integral do Decreto nº 10.349/87, incluindo-se, logicamente, a vedação de pagamento de reajustes sobre instalações, trabalhos preliminares e de limpeza de canteiro de obras (aplicabilidade do Decreto nº 10.349/87).

Admito ser necessária nova audiência da CAESB.

VOTO

Diante de todo o exposto, voto no sentido de que o Egrégio Plenário:

1 - acolha os esclarecimentos prestados pelo Sr. Secretário de Serviços Públicos, através do expediente e anexos de fls. 376/390, considerando satisfatóriariamente cumprida a diligência de fls. 165/169;

2 - conheça dos esclarecimentos apresentados pelo Sr. Presidente da CAESB, expediente de fls. 391 e respectivos anexos (volume XXI, em apenso), em cumprimeto à diligência constante de fls. 357/368, para:

a) considerar razoável o custo da CI-1/87, pela falta de convicção de sua majoração, comparativamente com a CI-1/83 e pela não caracterização de vício no processo licitatório, cujo resultado, até prova em contrário, reflete a formação de preços de mercado;

b) considerar regular a divulgação da CI-1/87;

c) recomendar à CAESB que observe o item 3.4 da Cláusula Terceira, pagamento de faturas dentro do prazo previsto, evitando-se, com o procedimento, acréscimo com correção monetária. A correção monetária pode constituir-se em direito das contratadas, em relação ao edital, mas de legalidade duvidosa, se reconhecida espontaneamente pela Entidade;

d) relevar a inobservância do prazo para recolhimento das garantias contratuais, por não ter sido causa de prejuízo para os cofres públicos;

e) acolher a justificativa apresentada para a não apuração de responsabilidade pelos fatos irregulares denunciados na imprensa local;

3 - tome conhecimento:

a) do terceiro e do quarto aditivo ao convênio, fls. 396 e 422, e considere correta a classificação da despesa de que tratam as notas de empenho de fls. 397 e 423, a eles vinculadas, bem como a dos empenhos de fls. 486 e 488, com a alteração de fls. 487;

b) dos resultados da 4ª etapa de fiscalização e controle do referido ajuste;

c) do O.E. nº 049/88-GAB/SSP, e anexos, às fls.105/119 do Processo nº 2.262/86, em apenso, dando conta de recolhimento de multas determinadas pela Corte, em Sessão de 28/04/88; e

4 - considere válidas as despesas imputadas ao Contrato nº 1.740/87, visto que a ETE/Sul, com a inclusão dos serviços de terraplenagem, em valores atualizados até a data da CI-1/87, apresenta custo superior a ETE/Norte, afastando, assim, a hipótese do art.38, II, do Decreto-lei nº 2300/86

Por entender que restam 02 dúvidas a serem esclarecidas, dirimidas as demais, segundo penso, voto ainda:

I - independente da recomendação à CAESB para que observe o item 3.4 da Cláusula Terceira-pagamento de faturas dentro do prazo - que se solicite a audiência da douta Procuradoria-Geral, a fim de que fiquem definitivamente aclaradas as diferenças, face à correção de preços de insumos (custo de cimento, ferro, equipamentos, etc) e à atualização de valor, em decorrência de atraso de pagamento, em função de perda do poder aquisitivo, pelo retardo do desembolso que penaliza o contrato para execução de obras e serviços governamentais e por conseqüência a própria coletividade pela possibilidade de atraso na conclusão do projeto, (Cláusula 3.4.1); e

II- por uma diligencia junto à CAESB, fixando-se o prazo de 30 (trinta) dias, para que a Entidade esclareça a razão de ser utilizada a faculdade do art. 11 do Decreto nº 10.349, de 28/04/87, para pagamento de reajuste de preços de instalações, trabalhos preliminares e de limpeza do canteiro de obra, e, contrariamente, não empregá-lo para reajustar os contratos na forma dos Decretos nºs 94.042, de 18/02/87 e 94.233, de 15/04/87 (Cláusula Quarta)

Brasília, em 07 de julho de 1988

FREDERICO AUGUSTO BASTOS
CONSELHEIRO RELATOR

VOTO proferido pelo Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS no processo nº 3485/85 cujo julgamento consta da ata da 2542a. Sessão Ordinária.

INTERESSADA: COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DE BRASÍLIA - CAESB

ASSUNTO: RECUPERAÇÃO DO LAGO PARANOÁ

Quando relatei os autos, em Sessão de 07/07/85, entendi que restavam 02 (duas) sérias dúvidas, razão por que sugeri a audiência da Procuradoria-Geral junto à Corte e pleiteei a solicitação de esclarecimentos adicionais da CAESB.

Consistiam as dúvidas:

a) no item 3.4 da Cláusula Terceira dos Contratos nºs 1.739 e 1.740/87, com previsão de pagamento de faturas com correção monetária, se efetuado fora do prazo estipulado; e

b) no reajuste de preços de instalações, trabalhos preliminares e de limpeza do canteiro de obra, em face do Decreto local nº 10.349, de 28/04/87.

O demais entendimentos do voto de fls. 504/517 foram acolhidos na Sessão de 07/07/88, pelos ilustres Pares, o qual foi enriquecido, aliás, do parecer do Exmº Sr. Conselheiro Fernando Tupinambá Valente, em pedido de vista (fls. 519/526).

Limitar-me-ei, pois, a nova etapa dos autos.

Coincidentemente, as 02 (duas) dúvidas suscitadas tem, em princípio, suporte comum: exigência do financiador para que fosse observada a legislação federal, ou seja, o Decreto-lei nº 2.322, de 25/02/87, citado no Edital da CI nº 001/87.

A CAESB comprova, as fls. 541, a exigência da CEF que, integrante da Administração Pública Federal, houve por bem não acolher regulamentação local, permanecendo restrita às normas baixadas pela União.

No interregno entre o Edital e a celebração do contrato não houve mudança na legislação federal, com razão a CEF em exigir a permanência do Decreto-lei nº 2.322/87 na cláusula de reajuste (grifei).

E não caberia à CAESB, como bem salienta o Corpo Instrutivo, deixar de acatar a imposição do agente financiador do Projeto, sob pena de não obter repasses financeiros necessários a execução das obras.

À vista dos novos documentos inseridos no processo, verifico que:

I - EM RELAÇÃO AO ITEM 3.4.1

a) os reajustes de preços são regulados pelo Decreto-Lei nº 2.322/87, efetuados ~~mensalmente~~, na forma do Edital da CI-001/87, e, indiretamente, pressupõe-se a existência de correção monetária, no instante em que, se reapresentadas as faturas no mês seguinte (ou mais) a ela estarão sujeitas, na forma de correção de preços (grifei); e

b) a Procuradoria-Geral junto à Corte admite a viabilidade da correção monetária, sob o aspecto jurídico, embora acenando pela aplicação da multa prevista no art. 59 do A.R. nº 09/80. pela infringência das normas de administração financeira, representada pela não inclusão, no Edital, da correção de débitos em atrasos. Na oportunidade em que se manifestou a Procuradoria-Geral, os autos não davam conta da obrigatoriedade de **reajustes mensais**, por força do Edital, e do Decreto-lei nº 2322/87. Reajuste mensal confunde com correção monetária, na medida em que ambos procuram repor o valor aquisitivo, sem representarem aumentos, pela **periodicidade** (grifei).

II - EM RELAÇÃO AOS REAJUSTES DE PREÇOS DE INSTALAÇÕES, TRABALHOS PRELIMINARES E LIMPEZA DO CANTEIRO DE OBRA.

A CAESB foi compelida a empregar legislação federal, constante do Edital e vigente quando da celebração dos contratos, estando, em conseqüência, isenta de responsabilidade em preterir regulamento local (documento de fls. 541).

Concordo com a instrução quando se refere à necessidade de ser modificada a redação da Cláusula Quarta dos Contratos nºs 1.739 e 1.740/87, para consignar que os reajustes ali previstos são regulados pelo Decreto-lei nº 2.322, de 25/02/87, ajustando-se ao Edital e à exigência da CEF. Discordo, no entanto, no que se refere à alteração do item 3.4.1 da Cláusula Terceira porque a proposta apresenta maior desvantagem para CAESB -

embora reconhecendo o seu mérito saneador - ao pretender que o pagamento de fatura seja efetuado até 30 (trinta) dias da data de sua apresentação. A atual redação - pagamento a contar da respectiva **medição** - é mais favorável a Entidade.

Diante de todo o exposto, voto no sentido de que o Egrégio Plenário:

a) acolha os esclarecimentos prestados pelo Sr. Presidente da CAESB, através do OF. nº 195/88-PRES, às fls. 538/540, e respectivos anexos, fls. 541/542, e considere satisfatoriamente cumprida a diligência ordenada pela Corte (OF.GP nº 1.321/88, às fls. 536/537);

b) considere razoável a inclusão do item 3.4.1 da Cláusula Terceira dos Contratos nºs 1739 e 1740/87, pela obrigatoriedade de reajustes mensais, determinada no Edital da CI nº 001/87 e suporte no Decreto-lei nº 2.322/87, com o pagamento de faturas condicionado à data de sua apresentação;

c) considere regular o pagamento de reajustes de preços de instalações, trabalhos preliminares e de limpeza de canteiro de obra porque a CAESB foi compelida, pelo agente financiador, a seguir mandamento da Administração Pública Federal. E coerente o entendimento da CEF porque o Decreto-lei 2.322/87 figurava no Edital e, não revogado no interregno, deveria constar dos contratos; e

d) determine à CAESB que modifique a redação da Cláusula Quarta dos Contratos nºs 1.739 e 1.740/87 para consignar que os reajustes ali previstos são regulados pelo Decreto -lei nº 2.322/87, e não pelo Decreto local nº 10.349/87, ajustando-se, assim, ao Edital e à exigência do agente financiador (CEF).

Brasília, 29 de novembro de 1988

FREDERICO AUGUSTO BASTOS
CONSELHEIRO RELATOR

VOTO proferido pelo Conselheiro FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE no processo nº 3485/85, cujo julgamento consta da ata da 2542a. Sessão Ordinária.

Acompanho o relator nos aplausos ao Governo do Distrito Federal, pela solução do problema Sanitário de Brasília, inclusive dando seqüência às gestões anteriores objetivando a despoluição do Lago Paranoá, porém tal postura não poderia implicar, é óbvio, no silêncio sobre determinados enfoques, quer da equipe de inspeção, quer das razões e conclusões do brilhante voto do eminente Conselheiro Frederico Augusto Bastos. Que tais observações sejam encaradas como advertência à empresa, sobretudo se acolhidas pelo relator e meus pares, para futuras etapas ou fases de licitação ou execução do ambicioso Projeto, ou outros.

2. Entendo também, à vista do exame das peças que compõem os autos, que a alternativa técnica escolhida parece a mais adequada, em que pese tal aspecto pudesse ser considerado como fora do alcance do controle externo.

3. Como o relator, aceito a conclusão de que a divulgação da licitação possa ser considerada regular; muito embora a legislação da época exigisse a noticiação em diário de ampla circulação nacional, o jornal escolhido, conquanto de circulação nacional, ainda não alcançou a mesma penetração dos grandes veículos do Rio ou São Paulo.

4. Julgo prudente que nas subseqüentes etapas ou fases de desenvolvimento do projeto, se o objetivo é atrair o maior número de licitantes, deva ser a publicação do Edital noticiada nos diários de maior circulação do Rio ou São Paulo, bem como sejam incluídas entre os destinatários dos avisos, as entidades associativas de caráter nacional, ao lado das locais.

5. Não posso deixar de concordar com o enfoque dado ao problema do adiamento da licitação pleiteada pela Construtora Tratex S.A., bem como quanto ao entendimento de que se encontra superado o problema da revogação da licitação, pela ausência do RIMA (Relatório de Impacto Meio Ambiental); igualmente acolho a conclusão de que resultaram improcedentes as denúncias relativas à divulgação antecipada do resultado da Concorrência.

6. Por outro lado, acolho como relevável a falha decorrente do recolhimento intempestivo da caução prevista no edital, uma vez que não provocou prejuízo à empresa. Contudo, para prevenir situações futuras, entendo conveniente que a contratante seja alertada para que evite a repetição de tal falha. Afinal, trata-se de norma estabelecida no Edital, exatamente para assegurar a possibilidade de ressarcimento à CAESB, dos eventuais prejuízos na hipótese da recusa no cumprimento das obrigações contratuais e, embora não tenha havido prejuízo, ele poderia ter ocorrido.

7. Quanto aos custos das obras, embora reconhecendo as naturais dificuldades da compração econômica entre os valores da CI 001/83 e 001/87, entendo ser ela relavitamente possível, à vista dos elementos examinados, já que em ambas as concorrências as Planilhas 08-Fornecimento do Equipamento do Processo - Pacotes 1, 2, 3 e 4, são as mesmas, donde se conclui ser o material abrangido pela CI 001/83, parte daquele a que se reporta a CI 001/87.

8. Mesmo admitindo a premissa de que se trata de equipamentos produzidos por encomenda e não susceptíveis de controle governamental de preços e reconhecendo que a soberania nacional não se sobrepõe à soberania dos países de origem dos equipamentos (pelo que consta do processo o volume do equipamento proveniente do exterior para as duas licitações alcança apenas os percentuais de aproximadamente 30% e 3,2% em 1983 e 1987, respectivamente, do total pactuado para todo o equipamento) existem parâmetros bastantes para concluir que os valores contratados não guardam consistência quer com a licitação anterior (CI 001/83), quer entre os custos das duas estações; se não existem razões para a conclusão a que chegaram os membros da equipe de inspeção, de que há disparate de preços, muito menos em função dos mesmos comparativos, posso aceitar tranquilamente que tais valores guardariam conformidade com os preços de mercado.

9. Com efeito, partindo da licitação de 1983 e de projeções nela baseadas, a SEEBLA elaborou sucessivos orçamentos, ora destinados a fundamentar as propostas de financiamento apresentadas às entidades financeiras, ora com vistas ao procedimento licitatório realizado em 1987. Assim, analisando, por exemplo, o quadro de fls. 439/440, verifica-se que a SEEBLA orçou custos da ETEB/Norte em junho de 1986, em Cz$ 316.018.182,00, quando os Equipamentos do processo foram estimados em Cz$ 142.400.000,00; por outro lado, para a ETEB/Sul foram atribuídos os valores de Cz$ 406.241.097,00, e Cz$ 191.800.000,00, respectivamente.

10. As propostas vencedoras para a ETEB/Norte acusaram os valores de Cz$ 2.314.390.000,00 e Cz$ 1.015.743.000,00 e da ETEB/Sul Cz$ 2.292.031.000,00 e Cz$ 1.200.205.000,00. Mantida a mesma relação a ETEB/Norte deveria custar menos, cerca de 32%, do que a ETEB/Sul, quando foram adjudicadas praticamente pelos mesmos preços.

11. A comparação física das duas estações (quadro de folhas 447) indica para a ETEB/Norte uma população de 251.124 habitantes, com uma vazão média de 920 l/s, enquanto a ETEB/Sul servirá a uma população de 457.335 habitantes, com vazão média de 1.500 l/s. Logo, existiria uma compatibilização entre a dimensão física de ambas as estações e respectivos custos, se os preços contratados guardassem a mesma relação apontada na estimativa da SEEBLA.

12. Decorrentemente, em face da comparação acima e de outros elementos constantes do processo, como os quadros de fls. 442/443, não deixa de haver procedência nas dúvidas levantadas pela equipe de fiscalização e pela solução que preconiza, ou seja, que

a contratação das obras/serviços da ETEB/Norte com a Construtora Andrade Gutierrez S.A., Cz$ 2.314.390.225,00, de que cuida o contrato nº 1740, é lesiva aos cofres públicos, face ao que estabelece o inciso II do art. 38 do Decreto-lei nº 2.300/86.

13. Realmente, à vista dos quadros de fls. 442/443 (onde é feita comparação entre a estimativa de custos de junho/86 com estimativa corrigida pelos índices oficiais em março/87) e considerando que ambas tiveram por base os mesmos elementos físicos, como aceitar a variação média de 37,38% para a ETEB/Norte, no segundo orçamento, quando adotado o mesmo procedimento para a ETEB/Sul a variação obtida foi de apenas 5.83% (e os valores diferenciais alcançam cifra superior a 600 milhões de cruzados equivalentes a perto de 2 bilhões de cruzados em valores atuais).

14. Se considerada a comparação dos quadros de fls. 385/388 — preços obtidos para os pacotes 1 a 4 da Planilha 08 nas licitações CI 001/83 e 001/87, corrigidas em função de qualquer índice oficial ou mesmo variação cambial— , o diferencial é ainda mais expressivo.

15. Outra, no entanto, é a solução apresentada pelo ilustre relator, que entende regulares as despesas de ambos os contratos.

16. À vista do que pude apurar no minucioso exame do processo, se não encontro razões bastantes para afirmar que os custos das obras/serviços contratos sejam razoáveis, agora, todavia, não ouso inquiná-los de extorsivos, para justificar uma proposta de impugnação das despesas do mencionado contrato 1740/87, por lesivas aos cofres públicos. O momento em que tal atitude poderia ser assumida, evidentemente após exame mais detalhado de todos os componentes da concorrência, seria o da homologação da licitação. No momento, a medida, ainda que possível, seria inoportuna e com certeza geraria para os cofres públicos e a população do Distrito Federal, prejuízos certamente superiores àqueles que se pretenderia evitar.

17. Esta a razão pela qual inclino-me por posição intermediária entre a que propõe a titular da 3a. ICE e aquela contida no voto do relator, sobretudo objetivando prevenir possível repetição dos mesmos fatos nas fases e etapas complementares da execução do projeto que ora se examina, inclusive com o reexame dos procedimentos adotados na licitação.

18. Não seria mais aconselhável e econômica a licitação em separado das obras, equipamentos e operacionalização das estações, uma vez comprovada a incapacidade da empresa em fazê-lo? Será que os técnicos da própria empresa não teriam condições de operar as estações, ainda que com treinamento em outras empresas? São perguntas e dúvidas que o tempo se encarregará de esclarecer, porém as ressalvas pelo Tribunal são necessárias para que a adoção do procedimento não seja generalizada. Não seriam evitadas situações, como a da Tratex, que alega ter sido "boicotada" pelos fabricantes dos equipamentos? Note-se que foram calculados neste processo BDI de até 171% (quadro de fls. 439), para algumas Planilhas de custo (quadro de fls. 438/440), enfatizando-se, ainda, que BDI de mais de 40% está sendo cobrado inclusive sobre os equipamentos adquiridos de terceiros.

19. Na questão da correção prevista na cláusula 3.4.1 de ambos os contratos (nºs. 1739 e 1740), concordo, até certo ponto, com os argumentos do relator.

20. De fato, sendo o Edital a lei interna da concorrência e não estando prevista nele a correção para pagamentos realizados fora do prazo de 30 dias após a aprovação da medição, não poderia ser ela incluída nos contratos, em função de previsão em regulamento posterior.

21. Certamente as contratadas, bem como todos os concorrentes, já se preveniram contra a hipótese, o que explica os elevados BDI's embutidos nos preços. Também não podemos esquecer que foi esta a razão principal para revogação da concorrência anterior.

22. Parece-me de pouco efeito a recomendação de efetuar o pagamento dentro dos trinta dias, consideradas as dificuldades de liberação dos recursos financeiros, observadas nas medições efetuadas até o presente. A possibilidade do recurso ao Judiciário sempre existe em qualquer contratação e entendo mais tranquila a hipótese do pagamento determinado judicialmente, sobretudo à vista do invocado para revogação da CI 001/83.

23. Já no respeitante ao reajustamento das instalações, trabalhos preliminares e de limpeza de canteiro das obras, há realmente a contradição apontada pelo relator.

24. Entendo oportuna a audiência do douto Ministério Público, aliás, sugerida também pela instrução, que poderá oferecer subsídios para o deslinde não só da correção monetária, como de outros pontos do processo.

25. Assim, acompanhando em parte as razões e conclusões do relator, voto no sentido de que o Plenário:

1 - acolha os esclarecimentos prestados pelo Senhor Secretário de Serviços Públicos, através do expediente e anexos de fls. 376/390, considerando satisfatoriamente cumprida a diligência de fls. 165/169;

2 - conheça dos esclarecimentos apresentados pelo Sr. Presidente da CAESB, expediente de fls. 391 e respectivos anexos (volume XXI, em apenso), em cumprimento à diligência de fls. 357/368, para:

a) entendendo que não existem motivos suficientes para, a esta altura, considerar excessivos os preços pactuados — e convecido de que a impugnação das despesas e do contrato nº 1740/87 importaria em paralização das obras, com a provável discussão judicial, assim como implicaria em prejuízos maiores para a CAESB e por conseqüência para a coletividade do DF— , considerar regular a celebração dos contratos nºs. 1739 e 1740/87, inclusive por que já superadas as falhas inicialmente anotas pela instrução e a seguir consideradas;

b) entendendo, também, que, embora obrigatória a notícia da licitação, na forma prevista no art. 19 do Decreto-lei nº 2.300/86, considerar razoável a divulgação da CI 001/87, uma vez que houve a publicação do Edital em diário de circulação nacional, além do Diário Oficial, complementada por medidas paralelas;

c) relevar a inobservância do prazo para recolhimento das garantias contratuais, por não ter sido causa de prejuízos para os cofres públicos;

d) acolher a justificativa apresentada para não apuração de responsabilidade pelos fatos denunciados na imprensa local;

3 - tome conhecimento:

a) do terceiro e do quarto aditivos ao convênio, fls. 396 e 422, e considere correta a classificação da despesa de que tratam as notas de empenho de fls. 397 e 423, a eles vinculadas, bem como a dos empenhos de fls. 486 e 488, com a alteração de fls. 487;

b) dos resultados da 4a. etapa de fiscalização e controle do referido ajuste;

c) do O.E. nº 049/88-GAB/SSP, e anexos, às fls. 105/119 do Processo nº 2.262/86, em apenso, dando conta do recolhimento de multas determinadas pela Corte, em Sessão de 28.04.88;

4 - determine à audiência do douto Ministério Público relativamente à cláusula 3.4.1 dos contratos e do pagamento de correção monetária sobre as despesas de canteiros de obras e Serviços Preliminares e outros aspectos considerados pertinentes;

5 - Recomende à CAESB que:

a) evite o pagamento das faturas das medições das obras/serviços dos contratos nºs. 1739/87 e 1740/87 fora do prazo de trinta dias da sua aprovação;

b) nas contratações de obras/serviços, observe rigorosamente as normas previstas no respec

tivo Edital, especialmente quanto ao recolhimento das garantias contratuais;

c) nas licitações das fases e etapas subseqüentes do Programa de Despoluição do Lago Paranoá e outras de igual vulto, tendo em vista que o interesse da empresa é o de atrair o maior número de concorrentes como forma de proceder à contratação nas melhores condições econômicas e de tecnicidade, promova a noticiação em diários de ampla circulação nacional, além de encaminhar, também, comunicados às associações de caráter nacional;

d) considere a conveniência de desdobramento dos itens (obra, serviços, equipamentos e operacionalização) como forma de atração do maior número de concorrentes e de evitar situações como as que teriam ocorrido na licitação da primeira fase da 1a. etapa, ou seja, impossibilidade da apresentação de proposta em tempo hábil de qualquer licitante, em decorrência da alegada recusa do fabricante do equipamento em fornecer-lhe os respectivos orçamentos, com o que se afastaria a hipótese da aquisição, sem licitação, ainda que de forma indireta.

26. Finalmente, concomitantemente com a audiência do douto Ministério Público, determine diligência para que a CAESB, no prazo de trinta dias, esclareça as razões de ser utilizada a faculdade do art. 11 do Decreto nº 10.349, de 28.04.87, para pagamento de reajuste de preços de instalações, trabalhos preliminares e de limpeza de canteiro de obra e, contrariamente, não empregá-la para reajustar os contratos na forma dos Decretos números 94.042, de 18.02.87 e 94.233, de 15.04.87 (cláusula quarta).

Cabe ainda a sugestão de uma recomendação interna no sentido de que, em apurações de situações assemelhadas à de que trata o presente, deve ser adotado procedimento isolado para a rápida apuração, evitando-se que o acompanhamento normal da execução contratual seja feita conjuntamente com a eventual apuração de irregularidades, e conseqüente retardamento na solução processual.

Brasília, 02 de agosto de 1988

FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
Conselheiro

Parecer do Procurador-Geral LINCOLN PINTO DA LUZ proferido no processo nº 3485/85, cujo julgamento contas da ata da 2542a. Sessão Ordinária.

CONTRATOS DA CAESB: CORREÇÃO MONETÁRIA NÃO PREVISTA NA LICITAÇÃO.

1. Exame da juricidade de cláusula contratual — não expressa no edital de licitação — que estipula a correção monetária de faturas pagas em atraso.

2. A jurisprudência judicial, notadamente do Supremo Tribunal Federal, equipara à das obrigações ex delicto a reparação defluente de responsabilidade civil não-contratual e, com maior razão, a indenização de danos materiais por inadimplência de obrigação pactuada.

3. Trata-se, aí, de dívidas de valor, atualizáveis na via judicial a partir da data em que a obrigação se tornou exigível.

4. Procedentes as alegações formuladas no recurso da entidade, reduz-se a ilegalidade formal a uma infringência das normas de administração financeira.

5. A contrario sensu de disposição expressa do Decreto nº 10.349, de 28/04/87, incidem na disciplina nele estabelecida as licitações ainda não instauradas e os contratos não assinados à data de sua vigência.

6. A instauração de concorrência somente se perfaz quando ultimada a fase da publicidade, motivo por que a CI nº 01/87 e os contratos em apreço caem sob o regime do Decreto nº 10.349/87, citado.

7. Licitude dos critérios de reajuste desses pactos; ilegalidade da inclusão das instalações, trabalhos preliminares e limpeza do canteiro de obras nas faturas de revisão de preços.

P A R E C E R

I - OS TEMAS EM ESTUDO

Na sessão de 2 de agosto corrente, decidiu o Tribunal, acolhendo voto do eminente Relator, Dr. Frederico Augusto Bastos, ouvir este Ministério Público:

1) sobre a juricidade das cláusulas expressas nos subitens 3.4.1 dos Contratos nºs. 1.739 e 1.740/87, inclusos, quando prevêem a incidência de correção monetária sobre as faturas pagas fora do prazo, ou seja, após 30 (trinta) dias corridos a contar da data da respectiva medição; e

2) sobre a possibilidade legal do reajustamento de preços estabelecido nesses pactos com base no Decreto local nº 10.349/87 e, ainda, sobre o cabimento do reajuste dos custos com instalações, trabalhos preliminares e canteiro de obras, assim como previstos nesses contratos.

II - CORREÇÃO MONETÁRIA NÃO PREVISTA NO EDITAL DE LICITAÇÃO

2. A primeira dúvida se prende essencialmente à circunstância, ressaltada nos autos, de que a atualização de valor em função da perda de poder aquisitivo da moeda não havia constado do respectivo edital de licitação.

3. À luz do princípio da vinculação dos pactos ao edital de concorrência, propugna-se, nos autos, pela ilicitude das cláusulas contratuais em referência, às quais faltaria o pressuposto da previsão expressa na chamada lei interna da licitação.

4. Com rigor jurídico, assiste razão à Inspetoria: o edital deveria conter a previsão da correção monetária das importâncias pagas em atraso.

5. À falta dessa indicação explícita, não creio razoável supor, no entanto, que, tacitamente, os licitantes ou a Administração entendessem que os débitos em atraso viriam a ser quitados por seu valor original. Tampouco, acredito procedente a ilação de que "certamente os competidores previdentes fizeram refletir em suas propostas o conhecimento de que não haveria correção monetária de eventuais débitos em atraso". Os elevadíssimos índices a que já chegou a inflação entre nós tornariam de todo ineficazes quaisquer majorações que se pudesse fazer incidir sobre os valores reais dos serviços prestados, a fim de compensar, com segurança, a não-atualização das importâncias a receber. Um retardamento de seis meses, v.g., nada incomum nesse tipo de despesa, acarretaria prejuízo de mais de 180%, tomados os índices inflacionários do último semestre.

6. O conhecimento de nossa realidade econômica induz, pelo contrário, à inevitável presunção de que eventuais retardamentos teriam de implicar, por certo, a atualização da expressão monetária do débito. Nenhum licitante se arriscaria doutro modo à celebração de contratos desse vulto.

7. De outro lado, — e aqui vamos chegando ao âmago da questão jurídica que se põe — é cediça e assentada a jurisprudência judicial, notadamente a do Supremo Tribunal Federal, segundo a qual, mesmo no caso das chamadas "obrigações ex delicto", resultantes de responsabilidade civil não-contratual, há de ser compensada a depreciação monetária por atualização referida à data em que fora devido o pagamento. O entendimento cristalizou-se na Súmula nº 562 do STF, que reza:

> "Na indenização de danos materiais decorrentes de ato ilícito cabe a atualização de seu valor, utilizando-se, para esse fim, dentre outros critérios, os índices de correção monetária".

8. No caso específico da reparação da culpa por inadimplência de obrigação pactuada em contrato, equiparou-a, desde há muito, a Corte Suprema, a título de ilícito relativo, ao ato ilícito absoluto, considerando tratar-se aí de dívida de valor, cujo ressarcimento deve atentar ao objetivo de restaurar o patrimônio do credor, tal como se achava anteriormente à lesão sofrida.

9. Não estamos, assim, diante de hipótese prevista na Lei nº 6.899, de 8/4/81, que manda corrigir os importes financeiros resultantes das chamadas "obrigações de dinheiro" somente a partir do ajuizamento da ação judicial movida para cobrá-los; mas, em face de débito correspondente a obrigação de valor, cuja reparação, na via judicial, teria como termo inicial de atualização a própria data em que, contratualmente, o pagamento se tornou exigível.

10. Daí, parecer-me induvidosamente procedente a alegação em que a empresa afirma haver-se escudado para solver os débitos com a correção monetária não prevista no edital: evitar os prejuízos adicionais das custas, juros de mora e honorários advocatícios, que, com absoluta certeza, lhe correria o dever de pagar se preferisse entrar em litígio judicial com os credores. E acresce sublinhar que, no caso, não se trataria sequer de ilícito não-contratual, mas de direto descumprimento de obrigação expressa, assumida no contrato.

11. Assentes tais premissas, apura-se que a ilegalidade formal se reduz, substancialmente, a uma infringência das normas de administração financeira, na medida que a empresa deixou de incluir no edital em causa manifesta referência à correção monetária dos débitos em atraso. Tal irregularidade poderia ser apenada, assim, com a multa cominada no art. 59 de nosso Ato Regimental nº 9/80.

III - ABRANGÊNCIA E LIMITES DO DECRETO LOCAL Nº 10.349/87

12. As outras questões jurídicas, geminadas, que se põem em discussão no relatório e voto de fls. 504/517 afiguram-se de simples solução, segundo os claros termos em que estão previstas no Decreto local nº 10.349, de 28 de abril de 1987. Indaga-se sobre a legalidade, não só do reajustamento estipulado na Cláusula Quarta dos contratos, conforme fórmula e parâmetros fixados no art. 1º desse Decreto nº 10.349/87, mas também da inclusão das "instalações, trabalhos preliminares e canteiro de obras" entre os preços sujeitos a reajustamento.

13. A solução, para ambas as dúvidas, vem, em tese, subministrada no art. 11 do ato regulamentar em exame:

> "O disposto neste Decreto não se aplica às licitações e aos contratos instaurados e assinados anteriormente à sua vigência, que serão reajustados na forma estabelecida pelos Decretos nº 94.042, de 18/02/87 e nº 92.233, de 15.04.87".

14. Importa, assim, perquirir se, no momento da edição de tal decreto, havia sido, ou não, instaurada a licitação em estudo e se tinham sido, ou não, assinados os contratos que nos interessam.

15. Sabe-se que a instauração da concorrência se opera com sua publicação oficial e que a divulgação da CI 01/87 foi feita pela publicação de extratos, no Diário Oficial da União, nos dias 27, 28 e 29 de abril de 1987 e, no Diário Oficial do Distrito Federal, nos dias 05, 06 e 07 de maio do mesmo ano — quase simultaneamente, portanto, à edição e vigência do Decreto nº 10.349, datado de 28 e publicado a 29 de abril de 1987.

16. Tomados esses dados, estaria já instaurada a concorrência que nos ocupa no momento em que entrou a viger o decreto? A resposta é certamente negativa; primeiro, porque, no dia 29 de abril, nem mesmo no Diário Oficial da União se ultimara ainda a publicidade da concorrência; depois, porque, tratando-se de licitação para a execução de obras de interesse do Distrito Federal e à conta do Orçamento local, a fase essencial da divulgação da licitação, no órgão oficial do Distrito Federal, sequer havia ainda começado. Daí, a conclusão, cristalina, de que a concorrência não fora ainda instaurada e seu corolário indisputável: a legislação regente da CI 01/87 e dos contratos nºs. 1.739/87 e 1.740/87 era, realmente, o Decreto nº 10.349, de 28 de abril de 1987.

17. Examinadas tais preliminares, impõe-se a conclusão de que os reajustamentos deveriam, como realmente aconteceu, seguir os critérios do art. 3º do ato normativo em lide.

18. Ergue-se, em contrapartida, indeclinável a necessidade de impugnar, por força do disposto no art. 6º do mesmo Decreto nº 10.349/87, a inclusão das "instalações, trabalhos preliminares e limpeza do canteiro de obras" nas faturas de reajustamento de preços dos referidos contratos.

19. Este é o meu parecer.

Brasília, 16 de agosto de 1988.

LINCOLN PINTO DA LUZ
Procurador-Geral

ATA DA 2543a. SESSÃO ORDINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

Ao 1º dia do mês de dezembro de 1988, às 15:00 horas, na Sala das Sessões do Tribunal, presentes os Conselheiros GERALDO DE OLIVEIRA FERRAZ, FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE e JOSÉ EDUARDO BARBOSA, os Auditores OSVALDO RODRIGUES e FRANCISCO MARTINS BENVINDO e o Procurador-Geral Dr. LINCOLN PINTO DA LUZ, o Vice-Presidente no exercício da Presidência, Conselheiro FREDERICO AUGUSTO BASTOS, declarou aberta a sessão.

E X P E D I E N T E

Foi aprovada a ata da 2542a. Sessão Ordinária.

O Senhor Presidente em exercício informou o Plenário de que o Presidente JOEL FERREIRA DA SILVA estaria ausente da sessão, por motivo justificado.

J U L G A M E N T O S

RELATADOS PELO CONSELHEIRO GERALDO FERRAZ

PROCESSO Nº 2025/87 - Atas das 829a. a 837a. reuniões da Junta de Controle do Departamento de Trânsito do Distrito Federal. Aos autos juntou-se relatório de inspeção especial determinada na sessão de 12.06.88.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento dos resultados satisfatórios da inspeção, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 3079/87 - Relatório de inspeção programada levada a efeito na Secretaria de Comunicação Social do DF para verificar a regularidade de atos e fatos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial, de acordo com o GIPLAN/87. Aos autos juntou-se o O.I. nº 086/88-SCS/GAB, pelo qual a Secretaria de Comunicação Social dá conta do atendimento de diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento do citado expediente, considerou suprida, em caráter excepcional, a diligência e determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 4080/86 - Convênio nº 121/86 celebrado entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Viação e Obras, com a interveniência da Companhia Imobiliária de Brasília, e o Departamento de Estradas de Rodagem do DF.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento dos resultados da etapa final de fiscalização e controle da execução do ajuste, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 0188/88 - Ata da 45a. reunião e outras, da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. Aos autos juntou se expediente da TCB (O.E. DS nº 728/88 e documento anexo) dando conta do atendimento de diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal tomou conhecimento do citado expediente e determinou a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo para o fim indicado no voto do Relator.

PROCESSO Nº 0288/88 - Contrato nº 026/87 celebrado entre a Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. e a firma Construtora Borges Ltda.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, relevando as falhas apontadas na instrução, tomou conhecimento do 3º termo aditivo ao ajuste e determinou a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 0279/88 - NE nº 375/87-SLU e outras. Aos autos juntou-se expediente do Serviço Autônomo de Limpeza Urbana (O.E. nº 156/88-GS.SLU) prestando esclarecimentos em atendimento a diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, acolheu os esclarecimentos oferecidos pelo órgão, relevando a falha apontada na instrução, e determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 1109/88 - Relatório de inspeção programada levada a efeito na Administração Regional do Gama para verificar a regularidade de atos e fatos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial, de acordo com o GIPLAN/88. Aos autos juntou-se expediente da Administração Regional do Gama (O.I. nº 348/88 e anexo) dando conta do atendimento de diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do citado expediente, considerando cumprida a diligência; b) fazer àquela Administração Regional a recomendação indicada no referido voto a fls. 48.

PROCESSO Nº 2779/88 - NE nº 577/88-DPC e outras;

PROCESSO Nº 2788/88 - NE nº 115/88-RA-V e outras;
PROCESSO Nº 2868/88 - NE nº 133/88-CBDF e outras;
PROCESSO Nº 2869/88 - NE nº 284/88-CBDF e outras;
PROCESSO Nº 2871/88 - NE nº 081/88-AERB e outras;
PROCESSO Nº 2884/88 - NE nº 188/88-IDR e outras;
PROCESSO Nº 2905/88 - NE nº 120/88-ACSNB e outras.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 2864/88 - NE nº 224/88-CBDF e outras.- O Tribunal determinou diligência preliminar, a ser cumprida no prazo de 15 (quinze) dias, para o fim indicado no voto do Relator a fls. 25.

PROCESSO Nº 3221/88 - NE nº 773/88-SEP e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento das notas de empenho, em caráter excepcional da de nº 788/88-SEP, e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 2912/88 - Ofício nº 1297/88-DP-SIP, pelo qual o Corpo de Bombeiros do DF faz comunicação a respeito do não cumprimento de diligência ordenada pela Corte, esclarecendo que a tramitação normal do processo nº 1473/86 está na dependência de decisão judicial;

PROCESSO Nº 2913/88 - Ofício nº 1298/88-DP-SIP, pelo qual o Corpo de Bombeiros do DF faz comunicação a respeito do não cumprimento de diligência ordenada pela Corte, esclarecendo que a tramitação normal do processo nº 1076/81 está na dependência de decisão judicial;

PROCESSO Nº 2914/88 - Ofício nº 1299/88-DP-SIP, pelo qual o Corpo de Bombeiros do DF faz comunicação a respeito do não cumprimento de diligências ordenadas pela Corte, esclarecendo que a tramitação normal dos processos relacionados a fls. 03, referentes às revisões de proventos dos ex-bombeiros-militares amparados pela Lei nº 4.902/65, está na dependência de decisão judicial.

O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento dos citados expedientes, determinando a baixa dos processos à 4a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2886/88 - Ata da 1014a. reunião e outras, do BRB - Banco de Brasília S/A;

PROCESSO Nº 3085/88 - Ata da 136a. reunião e outras, do Departamento de Estradas de Rodagem do DF;

PROCESSO Nº 3118/88 - Ata da 459a. reunião e outras, da Fundação Zoobotânica do DF;

PROCESSO Nº 3119/88 - Ata da 774a. reunião e outras, da Fundação do Serviço Social do DF.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento e determinou a baixa dos processos à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 3089/88 - Ata da 569a. reunião e outras, da Fundação Cultural do DF.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, relevando a falha apontada na instrução, tomou conhecimento das atas e determinou a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1333/88 - Convênio nº 1859/88 e outros ajustes, celebrados entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e diversos. Aos autos juntou-se expediente da CAESB (Ofício nº 228/88-PRES e documento anexo) dando conta do atendimento de diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento do citado expediente, considerando satisfatoriamente cumprida a diligência.

PROCESSO Nº 1456/88 - Contrato nº 1873/88 celebrado entre a Companhia de Água e Esgotos de Brasília e a firma CNEC - Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S/A. Aos autos juntou-se expediente da CAESB (Ofício nº 210/88-PRES e anexos) dando conta do atendimento de diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do citado expediente e do 1º termo aditivo ao ajuste, considerando cumprida a diligência; b) determinar a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 1690/88 - Relatório de inspeção programada levada a efeito na Administração da Estação Rodoviária de Brasília para verificar a regularidade de despesas com Pesscal referentes a cargos, funções, gratificações e outros. Aos autos juntou-se expediente da AERB (O.I. nº 705/88-GAB/SSP e documentos anexos) dando conta do atendimento de diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do citado expediente, considerando cumprida a diligência; b) fazer à Administração da Estação Rodoviária de Brasília as recomendações e a determinação sugeridas nas alíneas b, c e d da instrução de fls. 92; c) fazer à Procuradoria-Geral do Distrito Federal, ao Departamento de Turismo, ao Departamento de Educação Física, Esportes e Recreação e ao Instituto de Desenvolvimento de Recursos Humanos a determinação indicada na mesma instrução a fls. 92-93.

PROCESSO Nº 1757/88 - Documentação encaminhada à Corte pela firma REPROMAN - Comércio e Indústria Ltda. e outras, relativa a Mandado de Segurança por elas impetrado contra ato do Senhor Diretor Executivo da Fundação Hospitalar do DF. Aos autos juntou-se relatório de inspeção especial realizada na FHDF para exame das Tomadas de Preços de nºs. 27, 28 e 29/88 que, ao serem revogadas, motivaram a impetração do referido Mandado de Segurança.- O Tribunal, tomou conhecimento dos resultados da inspeção, determinando a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo para o fim indicado no voto do Relator a fls. 52.

PROCESSO Nº 2690/88 - Balancete da BRB - Administradora de Investimentos S/A, relativo ao 2º trimestre de 1988.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, relevando a falha apontada na instrução, tomou conhecimento do balancete e determinou a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2786/88 - Ofício nº 1238/88-GAG, pelo qual o Chefe do Gabinete Civil do Governador do DF encaminha cópia do Decreto nº 11.263/88 que constituiu comissão de tomada de contas especial para apurar os fatos de que dá notícia o processo de número 030.011276/88. Aos autos juntou-se o Ofício nº 326/88, através do qual o Comandante-Geral da Polícia Militar, na qualidade de presidente da referida comissão, solicita prorrogação de prazo, por 30 (trinta) dias, para a entrega da tomada de contas especial.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento, considerou prorrogado o prazo, na forma solicitada.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE

PROCESSO Nº 0127/87 - Ofício nº 603/86-SEF da Secretaria de Finanças do DF encaminhando o Relatório nº 022/86-DPA/SEF, referente a auditoria a que procedeu o órgão próprio daquela Secretaria na Companhia do Desenvolvimento do Planalto Central - CODEPLAN. Aos autos juntou-se cópia da "Resolução nº 20/88-Diretoria Colegiada", encaminhada pela entidade (O.I. nº 1545/88-PRESI) em atendimento a solicitação da Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento, decidiu fazer à CODEPLAN a determinação indicada no referido voto a fls. 196-197 — devendo a 2a. Inspetoria de Controle Externo, oportunamente, verificar junto à empresa o cumprimento dessa determinação.

PROCESSO Nº 0217/87 - Contrato nº 001/87 celebrado entre a Fundação Cultural do DF e a firma Xerox Industrial e Comercial S/A.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento dos resultados satisfatórios de inspeção realizada na Fundação Cultural para verificar o cumprimento da recomendação da Corte contida no Ofício GP nº 716/87, determinou o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 0724/87 - Convênio nº 004/86 celebrado entre o Distrito Federal, através da Fundação do Serviço Social do DF, e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil. Aos autos juntaram-se expedientes da Secretaria de Serviço Social (O.I. nº 2073/88-PR e anexos) e da NOVACAP (Ofícios de nºs. 1046/88, acompanhado de anexos, e 1352/88), pelos quais se dá conta do atendimento de diligências ordenadas pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) relevando as falhas apontadas na instrução, tomar conhecimento dos citados expedientes, considerando cumpridas as diligências, bem como do 3º termo aditivo ao ajuste; b) tomar conhecimento também dos resultados da 3a. etapa de fiscalização e controle da execução do convênio, determinando a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2370/87 - Balancete da Companhia de Água e Esgotos de Brasília, relativo ao 2º trimestre de 1987. Aos autos juntaram-se os resultados de inspeção realizada na CAESB para verificação da regularidade das doações feitas à CAESO e de outros aspectos.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento dos resultados satisfatórios da inspeção, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 3691/87 - Contrato nº 064/87 e outros ajustes, celebrados entre a Fundação Cultural do DF e diversos.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, ao tomar conhecimento dos resultados de inspeção realizada na Fundação Cultural para exame do contrato nº 064/87, decidiu: a) alertar a FCDF para o disposto no art. 25, § 12, do Decreto-lei nº 2.300/86 e no art. 118, § 2º, do Decreto nº 10.996, de 26.01.88; b) determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 2009/87 - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado no Centro de Ensino de 1º Grau 02 de Ceilândia.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, determinou a notificação, nos termos do art. 57, § único, do Ato Regimental nº 9/80, do servidor nominado a fls. 48 para repor o débito que lhe foi imputado nos autos.

PROCESSO Nº 0444/88 - Convênio nº 006/88 celebrado entre o Distrito Federal, através da Secretaria de Viação e Obras do DF, e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento do 1º e 2º termos aditivos ao ajuste e considerar correta a classificação das despesas de que tratam as notas de empenho de nºs. 113 e 126/88-SVO, a elés vinculadas; b) tomar conhecimento também dos resultados da 2a. etapa de fiscalização e controle da execução do convênio, determinando a baixa do processo à 3a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 0662/88 - NE nº 048/87-SFi-SEA e outras. Aos autos juntou-se expediente do Sr. Secretário de Administração (O.I. nº 247/88-GAB/SEA e anexo) comunicando que ordenou a aplicação de multa determinada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento do citado expediente, decidiu solicitar da Secretaria de Administração que, no prazo de 10 (dez) dias, remeta à Corte comprovante do recolhimento da multa.

PROCESSO Nº 0777/88 - Relatório de inspeção especial realizada no Serviço Autônomo de Limpeza Urbana - SLU para verificar a regularidade dos procedimentos adotados quando da aquisição, por parte do SLU, de duas mil cestas coletoras de papel (Tomada de Preços nº 023/87-CPL/SLU). Aos autos juntou-se o O.E. nº 111/88-GAB/SSP, pelo qual a Secretaria de Serviços Públicos encaminha cópia dos comprovantes do recolhimento de multas cuja aplicação fora determinada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento, determinou o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 1601/88 - Pensão especial concedida à Senhora MARIA DE LOURDES SAMPAIO;

PROCESSO Nº 1696/88 - Pensão especial concedida à Senhora JULIETA CRISPIM DOS SANTOS.

- Cumpridas satisfatoriamente diligências ordenadas, o Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais as concessões, para fins de registro.

PROCESSO Nº 1633/88 - Aposentadoria da servidora MARIA CONCEIÇÃO BORGES COELHO;

PROCESSO Nº 1697/88 - Aposentadoria do servidor HILDERVAL TEIXEIRA.

- Cumpridas satisfatoriamente diligências ordenadas, o Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais as aposentadorias, para fins de registro.

PROCESSO Nº 2230/88 - NE nº 042/88-SCS e outras;
PROCESSO Nº 2432/88 - NE nº 116/88-SSS e outras;
PROCESSO Nº 2517/88 - NE nº 544/88-DPC e outras;
PROCESSO Nº 2552/88 - NE nº 086/88-ArPDF e outras;
PROCESSO Nº 2553/88 - NE nº 092/88-RA-V e outras.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 0599/87 - Relatório de inspeção programada levada a efeito na Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Limitada para verificar a regularidade de atos e fatos ligados à administração financeira e patrimonial, de acordo com o GIPLAN/87. Aos autos juntou-se o O.E. nº 675/88, pelo qual a TCB oferece esclarecimentos em atendimento a diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomando conhecimento, decidiu fixar, na forma prevista no art. 59 do Ato Regimental nº 9/80, a multa correspondente a 02 (dois) MVR, a ser suportada pelo responsável na contratação de que trata o termo de nº 051/87, que descumpriu o Edital da TP nº 088/87-CPL/TCB, especialmente em seu item 3.1.2.

PROCESSO Nº 1920/88 - NE nº 350/88-PMDF e outras.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tomou conhecimento dos resultados de inspeção realizada na Polícia Militar do DF por determinação da Corte na sessão de 13.09.88, ordenando a baixa do processo à 1a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2325/88 - NE nº 357/88-SEF e outras.- O Tribunal determinou diligência preliminar, a ser cumprida no prazo de 10 (dez) dias, para os fins indicados no voto do Relator a fls. 26.

PROCESSO Nº 2164/88 - Balancete da Companhia de Água e Esgotos de Brasília, relativo ao 2º trimestre de 1988.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, relevando a falha apontada na instrução, tomou conhecimento do balancete, e determinou a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2435/88 - Contrato nº 018/88 e outros, celebrados entre a Sociedade de Habitações de Interesse Social Ltda. e diversos.- O Tribunal determinou diligência preliminar, a ser cumprida no prazo de 15 (quinze) dias, para os fins indicados no voto do Relator a fls. 28.

PROCESSO Nº 2611/88 - Contrato s/nº celebrado entre a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural e a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, relevando a falha apontada na instrução, tomou conhecimento do ajuste e determinou a baixa do processo à 5a. Inspetoria de Controle Externo para o fim indicado no referido voto a fls. 10.

PROCESSO Nº 2613/88 - Contrato nº 012/88 e outros, celebrados entre a Fundação Hospitalar do DF e diversos.- O Tribunal tomou conhecimento dos ajustes e determinou a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo para o fim indicado no voto do Relator a fls. 71.

PROCESSO Nº 3175/88 - Ofício nº 1446/88-DP-SIP, através do qual o Corpo de Bombeiros do DF solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para o atendimento da diligência ordenada no processo nº 1182/70 (125242/67-CBDF), referente à reforma do Subtenente BM JOSÉ FENO.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu considerar prorrogado o prazo, na forma solicitada.

RELATADOS PELO CONSELHEIRO JOSÉ EDUARDO BARBOSA

PROCESSO Nº 0467/75 - Revisão dos proventos da aposentadoria do servidor LOURIVAL FRANCISCO ALVES.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal a revisão, para fins de registro.

PROCESSO Nº 2260/87 - Aposentadoria do servidor JOÃO VIEIRA;

PROCESSO Nº 1998/88 - Aposentadoria do servidor JORGE GOUVEA DO NASCIMENTO.

- Cumpridas satisfatoriamente diligências ordenadas, o Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais as aposentadorias, para fins de registro.

PROCESSO Nº 1785/88 - Aposentadoria do servidor ACYR FURTADO DO COUTO;

PROCESSO Nº 2507/88 - Aposentadoria da servidora IRENE NETTO GUIMARÃES..

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, considerou legais, para fins de registro, os atos de aposentadoria.

PROCESSO Nº 2501/88 - Aposentadoria da servidora GAUCHITA AYRES TEIXEIRA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria — devendo a 4a. Inspetoria de Controle Externo adotar a providência indicada no referido voto a fls. 20.

PROCESSO Nº 3054/78 - Reforma do Cabo PM ARISTIDES GOMES DA SILVA.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal a reforma, para fins de registro.

PROCESSO Nº 2452/88 - Reforma do 1º Sargento BM ERALDO ALVES COSTA.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal, para fins de registro, o ato de reforma.

PROCESSO Nº 1885/86 - Reforma do Subtenente BM LEVY DA SILVA NUNES;

PROCESSO Nº 1915/86 - Reforma do 3º Sargento BM AUGUSTINHO JORGE DA SILVA;

PROCESSO Nº 2327/86 - Reforma do Subtenente BM CELSO DO NASCIMENTO;

PROCESSO Nº 2667/86 - Reforma e Revisão dos proventos da reforma do 1º Sargento BM RAIMUNDO GONÇALVES BRANDÃO.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tendo em conta os pareceres da Procuradoria-Geral, determinou diligências, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 1718/88 - Reforma do Subtenente PM SIMIÃO MENDES SOBRINHO.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, determinou nova diligência, fixando o prazo de 60 (sessenta) dias para atendimento.

PROCESSO Nº 0125/79 - Reversão da pensão militar concedida à Senhora NAIR MENDES DA SILVA, a favor de ROSANGELA QUINTINO MENDES DA VITÓRIA e outra.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, considerou legal a reversão, para fins de registro.

PROCESSO Nº 2462/88 - NE nº 293/88-SEF e outras;
PROCESSO Nº 2720/88 - NE nº 570/88-SEP e outras;
PROCESSO Nº 2771/88 - NE nº 631/88-SEP e outras;
PROCESSO Nº 2772/88 - NE nº 651/88-SEP e outras;
PROCESSO Nº 2796/88 - NE nº 407/88-SEF e outras;
PROCESSO Nº 2866/88 - NE nº 244/88-CBDF e outras;
PROCESSO Nº 2998/88 - NE nº 030/88-ITADF e outras;
PROCESSO Nº 3028/88 - NE nº 088/88-RA-IV;
PROCESSO Nº 3366/88 - NE nº 690/88-TCDF e outras.

- O Tribunal, de acordo com os votos do Relator, tomou conhecimento e considerou correta a classificação das despesas.

PROCESSO Nº 3176/88 - Ofício nº 524/88-DP-4, pelo qual a Polícia Militar do DF solicita prorrogação de prazo, por 90 (noventa) dias, para o atendimento de diligências ordenadas pela Corte.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu considerar prorrogado o prazo, na forma solicitada.

PROCESSO Nº 3213/88 - Ofício nº 1458/88-DP-SIP, através do qual o Corpo de Bombeiros do DF solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para o atendimento das diligências ordenadas nos

processos de nºs. 2008/86, 2782/86 e 2505/86.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, considerando que a prorrogação de prazo tornou se desnecessária pois os processos já retornaram à Corte, determinou o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 3526/88 - Ofício nº 422/88-GAB, através do qual o Departamento de Trânsito do DF solicita prorrogação de prazo, até 30.11.88, para a entrega do balancete relativo ao 3º trimestre do corrente ano.- O Tribunal, de acordo com o voto do Relator, decidiu: a) relevando a falha apontada na instrução, considerar prorrogado o prazo, na forma solicitada; b) fazer ao Departamento de Trânsito a recomendação indicada na mesma instrução a fls. 02-v.

RELATADOS PELO AUDITOR OSVALDO RODRIGUES

PROCESSO Nº 0750/87, com o Ofício nº 864/88-SE, através do qual a Secretaria da Educação do DF solicita prorrogação de prazo para o atendimento da diligência contida no Ofício GP nº 1471/88.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, considerou prorrogado o prazo até 31.12.88.

PROCESSO Nº 2487/88, com o Ofício nº 376/88-PRESI, através do qual a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF solicita prorrogação de prazo, por 60 (sessenta) dias, para a entrega da tomada de contas especial instaurada para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 072-000080/88.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) relevando a falha apontada na instrução, considerar prorrogado o prazo, na forma solicitada; b) reiterar à EMATER-DF os termos do Ofício GP nº 1225/88.

PROCESSO Nº 1351/87 (apenso: processo nº 2725/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado no Centro Interescolar de Educação Física - CIEF;

PROCESSO Nº 1889/87 (apenso: processo nº 0118/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Hospitalar do DF para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo de nº 061.039178/87;

PROCESSO Nº 2091/87 (apenso: processo nº 0142/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado na Escola-Classe 11 de Ceilândia;

PROCESSO Nº 2210/87 (apenso: processo nº 0139/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Hospitalar do DF para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 061.004987/87;

PROCESSO Nº 3619/87 (apenso: processo nº 0598/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem, verificado no Centro Educacional 04 do Guará;

PROCESSO Nº 0240/88 (apenso: processo nº 0944/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado no Centro Interescolar 01 do Guará;

PROCESSO Nº 0697/88 (apenso: processo nº 1899/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado no Centro Educacional 01 de Brazlândia;

PROCESSO Nº 1043/88 (apenso: processo nº 1898/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado no Centro Educacional 03 do Guará;

PROCESSO Nº 1060/88 (apenso: processo nº 1832/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Hospitalar do DF para para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 061.042105/88;

PROCESSO Nº 2330/88 - Tomada de contas dos ordenadores de despesa da Secretaria da Cultura do DF, relativa ao exercício de 1987;

PROCESSO Nº 2496/88 - Tomada de contas dos ordenadores de despesa da Secretaria de Indústria, Comércio e Turismo do DF, referente ao exercício de 1987;

PROCESSO Nº 2548/88 - Tomada de contas do ordenador de despesa e demais responsáveis do Departamento da Despesa da Secretaria de Finanças do DF, relativa ao exercício de 1987.

- O Tribunal, de acordo com as propostas do Relator, decidiu enviar os processos à Procuradoria-Geral, solicitando os competentes pareceres.

PROCESSO Nº 0548/87 (apenso: processo nº 2158/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado na Escola-Classe 44 de Taguatinga.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) considerando insatisfatório o cumprimento da diligência ordenada através do Ofício GP nº 940/88, determinar nova diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados no item III da referida proposta a fls. 22-23; b) ante a revelia da servidora nominada a fls. 22, julgá-la em débito com a Fundação, no valor indicado no certificado de auditoria de fls. 64 do processo apenso, sujeito, porém, a retificação e atualização, esta até a data do efetivo ressarcimento.

PROCESSO Nº 1958/87 (apenso: processo nº 2521/87) - Tomada de contas especial realizada pela Sociedade de Abastecimento de Brasília S/A para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 075-000367/86. Aos autos juntou-se expediente da SAB (Ofício nº 495/88-PRESI e anexos) dando conta do atendimento de diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, ao tomar conhecimento do citado expediente, considerou satisfatoriamente cumprida a diligência e determinou o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 3268/87 (apenso: processo nº 0260/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem, verificado no Centro de Ensino 12 de Ceilândia.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer verbal do Procurador-Geral, decidiu: a) em caráter excepcional, considerar suprida pela sindicância instaurada a tomada de contas especial que o caso requer; b) determinar diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados na referida proposta a fls. 11.

PROCESSO Nº 3330/87 (apenso: processo nº 0703/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 061.008228/87.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu: a) ao tomar conhecimento do resultado da tomada de contas especial, ante a recomposição do patrimônio da entidade pelo servidor nominado a fls. 12, considerá-lo quite com a Fundação Hospitalar; b) determinar o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 0254/88 (apenso: processo nº 2088/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Hospitalar do Distrito Federal para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados nos processos de nºs. 061.022726/87, 061.022863/87 e 061.009721/87.- O Tribunal determinou diligência preliminar, a ser cumprida no prazo de 15 (quinze) dias, para os fins indicados na proposta do Relator a fls. 13.

PROCESSO Nº 1542/88 (apenso: processo nº 2106/88) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem, verificado no Centro Educacional 06 de Ceilândia.- O Tribunal, ao tomar conhecimento do resultado das apurações, determinou diligência, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados na proposta do Relator a fls. 08.

PROCESSO Nº 1958/88 - Balancete da Sociedade de Transportes Coletivos de Brasília Ltda. relativo ao 1º trimestre de 1988.- Cumprida satisfatoriamente diligência ordenada, o Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada na instrução, tomou conhecimento do balancete e determinou a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

PROCESSO Nº 2213/88 - Tomada de contas especial realizada pela Secretaria de Finanças do DF para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 040.003609/88.- O Tribunal, ao tomar conhecimento do resultado das apurações, determinou diligência preliminar, a ser cumprida no prazo de 30 (trinta) dias, para os fins indicados na proposta do Relator a fls. 36.

PROCESSO Nº 2221/88 - Tomada de contas dos agentes de material da Polícia Militar do DF, referente ao exercício de 1987.- O Tribunal determinou diligência preliminar, a ser cumprida no prazo de 15 (quinze) dias, para os fins indicados na proposta do Relator a fls. 38.

RELATADOS PELO AUDITOR FRANCISCO MARTINS BENVINDO

PROCESSO Nº 4084/84 - Relatório de inspeção programada levada a efeito no Departamento de Turismo para verificar a regularidade de atos e fatos ligados à administração financeira e patrimonial, de acordo com o GIPLAN/84. Aos autos juntou-se representação da 1a. Inspetoria de Controle Externo sobre atraso no cumprimento de diligência.- O Tribunal determinou diligência preliminar, a ser cumprida no prazo de 15 (quinze) dias, para os fins indicados na proposta do Relator a fls. 337.

PROCESSO Nº 2012/85, com representação da 2a. Inspetoria de Controle Externo a respeito do não atendimento, por parte da Fundação Educacional do DF, de determinação da Corte.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu assinar o prazo de 10 (dez) dias para que a Fundação Educacional comprove o cabal cumprimento da diligência contida no Ofício GP nº 1506/87.

PROCESSO Nº 0584/86, com representação da 2a. Inspetoria de Controle Externo a respeito do não atendimento, por parte da Fundação Educacional do DF, de diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu fixar o prazo de 10 (dez) dias para que a Fundação Educacional comprove o integral cumprimento da determinação contida no Ofício GP nº 1849/87, reiterada pelo Ofício GP nº 977/88.

PROCESSO Nº 1032/86, com representação da 2a. Inspetoria de Controle Externo a respeito do não atendimento, por parte da Fundação Educacional do DF, de determinação da Corte.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, em caráter excepcional, decidiu assinar o prazo de 05 (cinco) dias para que a Fundação Educacional comprove o cabal cumprimento da diligência contida no Ofício GP nº 1578/87, reiterada pelo Ofício GP nº 1349/88.

PROCESSO Nº 1997/86 (apenso: processo nº 1228/87), com representação da 2a. Inspetoria de Controle Externo à respeito do não atendimento, por parte da Fundação Educacional do DF, de decisão da Corte.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu fixar o prazo de 10 (dez) dias para que a Fundação Educacional comprove o cumprimento da determinação expressa no Ofício GP nº 1755/87.

PROCESSO Nº 0394/87 (apenso: processo nº 2763/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado na Escola-Classe 20 de Ceilândia.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento da informação de fls. 55-v do processo apenso, dando por satisfatoriamente cumprida a diligência ordenada pela Corte (Ofício GP nº 854/88); b) determinar a baixa do processo à 2a. Inspetoria de Controle Externo para os fins indicados a fls. 17-18.

PROCESSO Nº 0834/87 (apensos: processos de nºs. 2823 e 1091/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Educacional do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado no Centro Educacional de Taguatinga Sul. Aos autos juntou-se o O.I. nº 819/88-SE, pelo qual a Secretaria da Educação solicita que lhe sejam enviados os processos de nºs. 2823, 2927 e 2093/87, a fim de que a Fundação Educacional possa dar cumprimento a determinações da Corte.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, acolhendo o pedido, decidiu encaminhar os citados processos à entidade, assinando o prazo de 30 (trinta) dias para sua devolução, com a comprovação do cumprimento da determinação da Corte indicada na referida proposta a fls. 33.

PROCESSO Nº 1346/87 - Tomada de contas especial realizada pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo 112.002769/87.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, relevando a falha apontada na instrução, determinou diligência, a ser cumprida no prazo de 40 (quarenta) dias, para os fins indicados na referida proposta a fls. 47.

PROCESSO Nº 2143/87 (apenso: processo nº 3429/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação do Serviço Social do DF para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bens, verificado no Centro de Recepção e Triagem - CRT. Aos autos juntou-se expediente da FSS/DF (O.I. nº 2297/88-PR e documentação anexa) solicitando reconsideração da decisão da Corte que determinou a aplicação da multa prevista no art. 60 do Ato Regimental nº 9/80 por atraso de 20 (vinte) dias na entrega da tomada de contas especial.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) receber, em caráter excepcional, o pedido de reconsideração, sem prejuízo de recomendação à entidade para a necessidade, em casos futuros e semelhantes, do cumprimento do previsto no parágrafo único do art. 70 do Ato Regimental nº 9/80; b) no mérito, dar provimento ao pedido, dada a procedência dos argumentos apresentados; c) devolver os autos à 2a. Inspetoria de Controle Externo para cumprimento da decisão de fls. 26, alínea c.

PROCESSO Nº 2276/87 (apenso: processo nº 3555/87) - Tomada de contas especial realizada pela Fundação Hospitalar do DF para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 061.005186/87.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, já comprovada a reposição do bem extraviado, decidiu, relevando a falha apontada na instrução, tomar conhecimento dos resultados da tomada de contas especial e determinar o arquivamento dos autos.

PROCESSO Nº 0923/88 - Relatório de inspeção programada levada a efeito na Região Administrativa II.- Gama para verificar a regularidade de atos e fatos ligados à administração orçamentária, financeira e patrimonial, de acordo com o GIPLAN/88.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento dos resultados de inspeção especial na Administração Regional do Gama, dando por satisfatoriamente cumprida a diligência ordenada no Ofício GP nº 631/88; b) ordenar o arquivamento do processo.

PROCESSO Nº 1199/88 - Tomada de contas especial realizada pela Administração de Ceilândia para apurar responsabilidades pelo desaparecimento de bem, verificado no Terminal Rodoviário do Setor "O".- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) dar por suprida, em caráter excepcional, em face da reposição do bem extraviado, a tomada de contas especial; b) fazer à Administração de Ceilândia a determinação e a recomendação indicadas nas alíneas b e c da instrução a fls. 16, respectivamente.

PROCESSO Nº 1550/88 - Tomada de contas especial realizada pelo Serviço Autônomo de Limpeza Urbana para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 094.000575/88.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento das informações prestadas através dos Ofícios de nºs. 182 e 183/88-SLU e 437/88-SEF; b) solicitar da Secretaria de Serviços Públicos a imediata apresentação à Corte da tomada de contas especial (processo nº 094.000575/88-SLU), justificando o motivo da permanência do processo na Secretaria desde 16.06.88.

PROCESSO Nº 1152/88 - NE nº 138/88-SEF e outras. Aos autos juntaram-se expedientes da Secretaria de Finanças (Ofícios de nºs. 391 e 448/88-SEF, acompanhados de documentos anexos) dando conta do atendimento de diligência ordenada pela Corte.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tomando conhecimento dos citados expedientes, considerou satisfatoriamente cumprida a diligência.

PROCESSO Nº 1551/88 - Tomada de contas especial realizada pelo Serviço Autônomo de Limpeza Urbana para apurar responsabilidades pelos fatos noticiados no processo nº 094.000575/88.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, tendo em conta o parecer da Procuradoria-Geral, decidiu: a) tomar conhecimento dos resultados da tomada de contas especial, relevando a falha apontada na instrução; b) ordenar a citação, nos termos do art. 56 do Ato Regimental nº 9/80, do servidor nominado a fls. 76 para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar defesa ou, se preferir, recolher desde logo o valor atualizado do débito que lhe é imputado nos autos; c) fazer ao SLU a recomendação indicada na referida proposta a fls. 93.

PROCESSO Nº 2867/88 - NE nº 175/88-CBDF e outras.- O Tribunal, de acordo com a proposta do Relator, decidiu: a) tomar conhecimento e considerar correta a classificação das despesas; b) autorizar a 1a. Inspetoria de Controle Externo a incluir as notas de empenho de nºs. 197 e 198/88 no processo nº 0316/88, procedendo ao exame conjunto da matéria; c) determinar a baixa do processo à 1a. Inspetoria de Controle Externo, para os devidos fins.

Nada mais havendo a tratar, às 18:00 horas o Senhor Presidente declarou encerrada a sessão. E, para constar, eu ALBERTO XAVIER DE ALMEIDA, Secretário das Sessões, lavrei a presente ata que, depois de lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente, Conselheiros e Procurador-Geral.

JOEL FERREIRA DA SILVA
FERNANDO TUPINAMBÁ VALENTE
JOSÉ EDUARDO BARBOSA
OSVALDO RODRIGUES
FRANCISCO MARTINS BENVINDO
LINCOLN PINTO DA LUZ

ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS E BALANÇOS

CASTRO REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA
EXTRATO DO CONTRATO

Sociedade Civil por Quotas de Responsabilidade Limitada, com sede e foro na cidade de Brasília-DF, com endereço na QE 31/32 Edifício Consei, sala 602, Guará II, tendo como objetivo a Representação Comercial por conta de terceiros. O capital social é de Cz$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzados), dividido em quotas de Cz$ 1,00 (hum cruzado). A responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do capital social, nos termos do art. 2° in fine do Decreto n° 3.708/19. A sua duração será por prazo indeterminado e o início de sua atividade dar-se-à em 1° de janeiro de 1989. A administração e a gerência serão exercidas, individualmente, pelos quotistas Antonio Claudio de Castro e João Leite.

Brasília-DF, 15 de dezembro de 1988

ANTONIO CLAUDIO DE CASTRO
E
JOÃO LEITE

(DAR - Cz$ 18.510,00)

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL ALUMNI DO PROGRAMA HUMPHREY - BRASIL AIAPH-B
EXTRATO DO ESTATUTO

A ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL ALUMNI DO PROGRAMA HUMPHREY - BRASIL (AIAPH-B), é uma sociedade civil de duração indeterminada, sem fins lucrativos, de caráter estritamente cultural e acadêmico-profissional. Tem sede e foro em Brasília, Distrito Federal.

São finalidades da Associação I - Congregar e representar coletivamente, no Brasil, todos aqueles que tenham estado nos Estados Unidos da América, com bolsas de estudo sob auspícios do "Hubert. H. Humphrey Program"; II - Promover e facilitar o intercâmbio de idéias, a troca de informações e os contatos profissionais e acadêmicos entre seus associados, visando a um diálogo sem barreiras ideológicas, religiosas ou econômicas, que propicie um melhor atendimento entre os povos; III - Prestar informações aos futuros bolsistas e candidatos a bolsa de estudos acadêmico-profissionais do programa; IV - Realizar conferências, palestras, seminários e outras atividades de cunho acadêmico-profissional e social; V - Organizar viagens e visitas dentro de um programa de atualização dos conhecimentos acadêmico-profissionais dos associados no Brasil e exterior; VI - Promover contatos com Associações congêneres do Brasil e do exterior; VII - Manter contato permanente com os representantes oficiais do programa no Brasil, nos EUA e associações congêneres em outros países; VIII - Editar informativos sobre as atividades da ASSOCIAÇÃO.

Os poderes de direção e administração da ASSOCIAÇÃO serão exercidos por uma Diretoria, com mandato de 2 (dois) anos, composta de 5 (cinco) membros; um Presidente e 4 (quatro) Diretores. O Presidente é o órgão máximo de representação da Associação. Nenhum membro da Diretoria será remunerado. O Presidente representará a Associação em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente. Os sócios não respondem pelas obrigações sociais contraídas pela Diretoria em nome da Associação. A ASSOCIAÇÃO somente poderá ser dissolvida mediante resolução aprovada pela maioria absoluta dos sócios em Assembléia Geral. O patrimônio da ASSOCIAÇÃO será constituído por bens móveis e imóveis, depósitos bancários, contribuição dos socios, auxílios e subvenções, doações e legados. Todos os recursos serão aplicados exclusivamente na manutenção dos programas, atividades culturais e acadêmico-profissionais. O Estatuto somente poderá ser reformado por proposta da diretoria através de Assembléia Geral. À Assembléia Geral compete deliberar inclusive sobre a dissolução da Associação e decidir sobre o destino do seu Patrimônio.

BERNARDO HÉLIO SCHNEIDERMAN
Presidente
ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL ALUMNI DO PROGRAMA HUMPHREY - BRASIL
(DAR - Cz$ 57.998,00)

SIC - SOCIEDADE DE INVESTIMENTOS COMERCIAIS LTDA
QUINTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CGC/MF 00.579.979/0001-02

O capital social passa para Cz$ 2.205.520,00 (dois milhões, duzentos e cinco mil quinhentos e vinte cruzados).

O aumento de capital foi aproveitado da Conta Reserva de Capital e Lucro acumulado, conforme Balanço Patrimonial encerrado em 31.12.87.

O capital social fica distribuído entre os sócios em:

Fernando Batista Ramos...27.553 quotas no valor de Cz$ ...2.204.240,00

João Luiz Batista Ramos...16 quotas no valor de Cz$ 1.280,00

Totalizando...27.569 quotas no valor de Cz$ .....2.205.520,00.

O endereço da Filial passa para o SCS Qd. 06, Bloco "A" n° 81 salas 311 e 312 - Brasília-DF.

(DAR - Cz$ 16.042,00)

EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES

AVISO

Com esta edição vai publicado um Suplemento contendo, entre outras matérias, ATAS, CONTRATOS, CONVÊNIOS, BALANÇOS, EDITAIS, AVISOS E DECLARAÇÕES.

SERVIÇO FEDERAL DE PROCESSAMENTO DE DADOS – SERPRO
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS

NÚMERO: 095/88.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ETIQUETA GOMADA DUPLO USO PIR/89

DATA/RECEBIMENTO DOCUMENTOS PARA CADASTRO: 04.01.89.

DATA/HORA RECEBIMENTO E ABERTURA DE PROPOSTAS: 12.01.89 - 16:00h.

LOCAL: SGAN – Quadra 601 – Módulo "V" – SS – Setor de Compras Brasília – DF

O Edital poderá ser obtido no endereço acima, no horário comercial.

Brasília, 27 de dezembro de 1988

COMISSÃO PARA LICITAÇÃO DE MATERIAIS

IVANA COZAC
Substituta do Chefe
SECOP/DISUP

BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A.

EDITAL

O BRB - BANCO DE BRASÍLIA S.A., convoca os candidatos abaixo relacionados a comparecerem ao DEMAN situado no Setor Bancário Sul, Quadra 01, Edifício Brasília, 17° andar, Brasília-DF, no dia 30.12.88 às 8:30h, para tratar de assunto de seu interesse:

- ALBERTO VITOR DIAS
- COSME PINHEIRO
- EUGENIO NETO LACERDA
- MARCIO BOBIK BRAGA
- MARIA CARLA MORAES DE AGUIAR
- MARIA DA CONSOLAÇÃO FRUTUOSO
- MILTON HIDENOBU HOKINO
- MONICA FÁTIMA DE CAMPOS LACORTE

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DA HABITAÇÃO
SOCIEDADE DE HABITAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL SHIS - LTDA

AVISO
EDITAL DE CHAMAMENTO EMPRESARIAL ECE - 003/88

A SOCIEDADE DE HABTIAÇÕES DE INTERESSE SOCIAL LTDA., - SHIS, com sede no Bloco "A" - Quadra 06 - Setor Comercial Sul em Brasília-DF, em cumprimento ao que dispõe as circulares normativas n°s CN-058/88 e CN-072/88 da Caixa Econômica Federal - CEF, do Sistema Financeiro da Habitação - SHF e o Decreto n° 10.996 de 26.01.88 do Governo do Distrito Federal comunica às empresas do ramo de Construção Civil pré-qualificadas que examinará, em caráter preliminar, propostas para desenvolvimento de Programas Habitacionais.

As propostas deverão orientar-se em razão dos seguintes elementos:

LOCALIZAÇÃO	TIPO DE UNIDADES	ÁREA DE CONSTRUÇÃO (TOTAL)	QUANTIDADE (UNIDADES)	PADRÃO HABITACIONAL
GUARÁ I	Apartamentos	15.220 m2	204	SHIS
GUARÁ II	de	36.615 m2	360	SHIS
GAMA	02 e 03	65.212 m2	918	SHIS
SOBRADINHO	Quartos	30.164 m2	336	SHIS

- Prazo de validade do presente Edital é de 30 (trinta) dias a partir da publicação.

- Maiores esclarecimentos serão prestados na SEDE da SHIS pela COMISSÃO DE LICITAÇÃO no 5° andar.

Brasília, 27 de dezembro de 1988

ATILA FERREIRA PAES LEME
Presidente da SHIS
(Dias 27, 28 e 29)